

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA- LICENCIATURA

ELENA TEIXEIRA PORTO VIEIRA

**EM BUSCA DAS FONTES PERDIDAS: UM ESTUDO SOBRE A DITADURA CIVIL-
MILITAR EM JAGUARÃO- RS A PARTIR DAS ATAS DA CÂMARA DE
VEREADORES E DO JORNAL “*A FÔLHA*” (1964).**

Jaguarão.

2014

ELENA TEIXEIRA PORTO VIEIRA

**EM BUSCA DAS FONTES PERDIDAS: UM ESTUDO SOBRE A DITADURA CIVIL-
MILITAR EM JAGUARÃO- RS A PARTIR DAS ATAS DA CÂMARA DE
VEREADORES E DO JORNAL “*A FÔLHA*” (1964).**

Monografia apresentada ao Curso de História
– Licenciatura Plena, Integral- da
Universidade Federal do Pampa - Campus
Jaguarão, como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Ms. Jônatas Marques Caratti

Jaguarão

2014

ELENA TEIXEIRA PORTO VIEIRA

**EM BUSCA DAS FONTES PERDIDAS: UM ESTUDO SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR EM JAGUARÃO- RS A PARTIR DAS
ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES E DO JORNAL “A FÔLHA”
(1964).**

Monografia apresentada ao Curso de História
– Licenciatura Plena, Integral- da
Universidade Federal do Pampa - Campus
Jaguarão, como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciado em História.

Área de concentração:

Monografia defendida e aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. Ms. Jônatas Marques Caratti

Orientador

Licenciatura em História- Unipampa

Profa. Dra. Caroline Silveira Bauer

Banca examinadora

Licenciatura em História- UFPEL

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz

Banca examinadora

Licenciatura em História- Unipampa

Dedico aos meus pais, Izaldo e Elda, e ao meu esposo Marcos. Penso em vocês desde o momento que acordo. Com amor.

AGRADECIMENTOS

Durante todos esses anos do curso de História, pensei sobre o que escreveria no meu Trabalho de Conclusão de Curso, conversando com minha mãe sobre diversos temas percebi o quanto gostava da temática da ditadura. Amadurecendo a ideia decidi por bem fazê-la. Desta forma muitos contribuíram para que esse trabalho fosse feito. Este é o momento de agradecê-los.

Inicialmente devo agradecer aos meus pais Elda e Izaldo, que desde a infância me falaram da importância de fazer um curso superior e que nesses anos todos foram meus maiores amigos e grandes apoiadores. Tudo o que sou é graças a eles, muito obrigada pelo exemplo de amor e de força, e por me ensinaram a resistir e tentar, por vocês hoje estou aqui.

Durante esses anos também recebi o apoio incessável do meu amigo, que também é meu esposo, Marcos. Muito obrigada pelo companheirismo e pela divisão de tarefas, se não fosse junto com você eu não teria conseguido.

Agradeço também aos meus sogros, cuja amizade é imensa. À minha sogra, Dona Marilu pela companhia para o mate da tardinha, e ao meu sogro, Seu João, um homem por quem tenho grande respeito, e cujas caronas foram sempre de boa vontade. Muito obrigada.

Um agradecimento especial à Michelle, que foi ouvinte de toda a reflexão teórica deste trabalho, ainda que não fosse a temática que escolheu, ela ouvia tudo porque sabe da importância que esse trabalho tem para mim. Nas horas difíceis estivemos juntas, espero que isso continue.

Prof. Jônatas obrigada pela paciência de me ouvir falar bastante (*risos*) e pela honestidade com que tratou comigo durante esse trabalho, do projeto à conclusão. A nossa parceria aqui fez toda diferença, suas ideias e seus ideais me ajudaram muito, assim como deram um rumo especial pra minha pesquisa, rumo este que eu diria um tanto sonhador.

E por último, à Universidade Federal do Pampa – campus Jaguarão, que me recebeu muito bem e que fez com que meus olhos vissem mais longe, e que com a ajuda de todo seu corpo docente de várias maneiras me formaram até chegar aqui.

Também as estórias não se desprendem apenas
do narrador, sim o performam; narrar é resistir.

Guimarães Rosa

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira no quadro do Rio Grande do Sul na cidade de Jaguarão. Desta forma discutiremos brevemente a inserção do Brasil no período ditatorial, explicando os fatores internacionais e nacionais que o colocaram no mesmo contexto do Cone Sul. Entenderemos aqui como o estado do Rio Grande do Sul se posicionou frente aos acontecimentos de 1964, analisando o posicionamento de Leonel Brizola e o governo de Ildo Meneghetti. Colocaremos a cidade de Jaguarão como centro de nosso trabalho com a finalidade de abordar as fontes de pesquisa sobre essa temática na cidade, fazendo para isso um levantamento de fontes que podem ser utilizadas em pesquisas do mesmo tema. Neste trabalho faremos um levantamento das fontes locais acerca da ditadura, onde analisaremos o jornal “*A Fôlha*” e as Atas da Câmara de Vereadores. Desta forma iremos apresentar como a ditadura foi colocada na cidade, observando os posicionamentos políticos de ambas as fontes e como elas se relacionam entre si.

Palavras- chave: Ditadura Civil-Militar. Rio Grande do sul. Jaguarão.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la dictadura cívico-militar brasileña, en el cuadro de Rio Grande do Sul, en la ciudad de Yaguarón. Así discutiremos brevemente la inclusión de Brasil en el período dictatorial, explicando los factores nacionales e internacionales que lo pusieron en el mismo contexto del Cono Sur aquí vamos a entender como el estado de Rio Grande do Sul se ha posicionado frente a los acontecimientos de 1964, que analizan el posicionamiento de Brizola y el gobierno del Ildo Meneghetti. Pusemos a la ciudad de Yaguarón como el centro de nuestro trabajo con la finalidad de abordar las fuentes de la investigación con esa temática en la ciudad, haciendo para eso un levantamiento de fuentes que pueden ser utilizadas en investigaciones del mismo tema. En este artículo vamos a examinar los sitios de la dictadura, donde se analiza el diario "A Fôlha", y el acta de la Junta de las fuentes de los concejales. Por lo tanto vamos a presentar cómo se colocó la dictadura en la ciudad, observando las posiciones políticas de ambas fuentes y cómo se relacionan entre sí.

Palabras clave: Dictadura cívico-militar. Rio Grande do Sul. Yaguarón.

LISTA DE ABREVIATURAS

n.- número

p.-página

f.-folha

v.- volume

v.- verso

LISTA DE SIGLAS

AI- I- Ato Institucional I

AI-5-Ato Institucional 5

ALN - Ação Libertadora Nacional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

EPL- Exército Popular de Libertação

IHGJ – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Socialista Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

UDN - União Democrática nacional

UJES - União Jaguarense dos Estudantes Secundários

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONTEXTO HISTÓRICO DO GOLPE.....	16
2.1 O Golpe da Ditadura Civil-Militar Brasileira: contexto internacional e as mudanças nacionais.	16
2.2 O Rio Grande do Sul em 1964: apoio e contribuição do governo Meneghetti.....	24
3. PANORAMA POLÍTICO DE JAGUARÃO.....	28
3.1 O uso dos arquivos na história da ditadura em Jaguarão: a busca pelos documentos.....	28
3.2 Tecendo a rede política na cidade através das Atas da Câmara.....	30
3.3 As atas que sobraram: uma reflexão sobre a memória e o esquecimento da ditadura em Jaguarão.....	35
4. A IMPRENSA DE 64: REPENSANDO O USO DE JORNAIS COMO FONTE.....	42
4.1 Jornais: do uso documental ao período ditatorial.	42
4.2 O jornal <i>A Fôlha</i> em Jaguarão.....	45
4.3 Percebendo a ditadura em Jaguarão através do comparativo entre jornais locais e jornais de cunho nacional.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	60

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar no Brasil foi o regime autoritário que governou o país de primeiro de abril de 1964 até quinze de março de 1985. A implantação da ditadura começou com o Golpe de 1964, quando as Forças Armadas do Brasil derrubaram o governo do presidente constitucional João Goulart, e terminou quando José Sarney assumiu o cargo de presidente. O regime militar brasileiro inspirou o modelo de outros regimes militares e ditaduras por toda a América Latina, sistematizando a Doutrina de Segurança Nacional, que justificava ações militares como forma de proteger o interesse da segurança nacional em tempos de crise¹.

Entre os anos 1963-1966 o governador do Estado do Rio Grande do Sul era Ildo Meneghetti, que apoiou os segmentos mais conservadores da sociedade, apresentando-se como o contraponto político e ideológico ao projeto reformista e nacionalista praticado por Brizola e seu governo, apoiando a subida de Jango à presidência². A consolidação política do Golpe civil-militar no Rio Grande do Sul se deve, fortemente, aos partidos conservadores legitimados por Meneghetti.³ Mesmo considerando as particularidades do RS, é impensável tratar seu estudo como uma ‘história regional’.”⁴

Na cidade de Jaguarão nosso foco é entender como foi esse período, abordando principalmente o momento do Golpe através do jornal, buscando entender fatos como uma notícia que surge no jornal *A Fôlha* de Jaguarão de 1964, como sendo nesta cidade a Ditadura uma “forma *suave*, necessária para a manutenção da ordem”⁵. Além disso, queremos entender como a notícia é apresentada e se há alguma forma de manipulação para a chegada da notícia do Golpe⁶, levando o leitor à uma postura anticomunista. Para que isso seja possível é

¹FICO, Carlos. “*Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.*” Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

² LAMEIRA, Rafael Fantinel. “*O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul*”. Anpuh-RS, 2012. p. 892

³ Idem, p. 892

⁴PADRÓS; FERNANDES, apud RUSCHEL, Davi. *A luta armada contra a ditadura no RS*. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre : APERS, 2011. p. 124-133.

⁵ Conforme leituras prévias do periódico, em que são apresentadas as informações ao público de que a ditadura nesta cidade não seria injusta e estaria dando manutenção à ordem e à democracia. IHGJ, *A Fôlha*, nº 801, 9 de abril de 1964. *Grifos meus*.

⁶ Aqui partimos de uma breve leitura do jornal, ainda assim é de nossa observação o motivo dessa possível manipulação do leitor, buscamos entender se essa estava inserida no periódico de forma proposital ou se o mesmo apenas defendia o que o quadro político instalado permitia para aquele momento. IHGJ, *A Fôlha*, nº 801, 9 de abril de 1964.

necessário compreender as mudanças colocadas na sociedade no período ditatorial, para ser capaz perceber como essas afetaram a sociedade jaguarense naquela época.

Portanto, o objetivo de nosso trabalho é localizar as fontes que podem ser utilizadas para discutir a ditadura-civil militar em Jaguarão, analisando-as quanto aos seus conteúdos. Além disso, pretendemos investigar as diversas versões que a população recebeu sobre o Golpe a partir do Jornal *A Fôlha* depositado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, notando principalmente como era feita essa transmissão da notícia.

Portanto, estudar a cidade de Jaguarão no período da Ditadura Civil-Militar é colocá-la num contexto nacional. Devemos deixar de pensar nesse período lembrando apenas os grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, e passar a compreender a nossa cidade e sua participação política nesse período.

Enquanto natural e residente da cidade frequentemente perguntei-me sobre essa temática, já havia lido e pesquisado sobre o tema e sempre me questioneei sobre como esse período foi tratado na cidade. Quando pensei a primeira vez em produzir um projeto de pesquisa na universidade resolvi investigar sobre os negros escravos na cidade no contexto do século XIX.

Na busca pelos documentos necessários para a prática dessa pesquisa encontrei no Instituto Histórico muitos dados sobre o período ditatorial, inclusive a convocação para uma convenção municipal da União Democrática Nacional (UDN) que visava a escolha de delegados para representarem esse núcleo (o da região sul do estado) na convenção estadual dos estudantes. Quando soube (através do jornal) da União Jaguarense dos Estudantes Secundários (UJES) percebi que sim, minha cidade estava inserida no contexto da discussão política do período. E ainda mais, encontrei no periódico o chamado “Grupo dos 11”, que seria uma união de comunistas na cidade, perseguida pelos militares preocupados com a saída deste grupo pela fronteira com o Uruguai.

Sendo assim, decidi mudar o foco da minha pesquisa, abandonando os negros do século XIX e procurando trabalhar com o período ditatorial na cidade de Jaguarão. Nesse sentido, o presente trabalho é resultado desse minha trajetória enquanto acadêmica, como também pela busca da realidade desse período, de trabalho ainda tão delicado na historiografia brasileira.

A proposta de pesquisa se justifica a partir do intuito de compreender a cidade de Jaguarão no plano político, cujo contexto é o Golpe Civil-Militar de 1964. Isto se faz necessário para compreensão de um momento da história da cidade, que sempre manteve a tradição militar, desde sua formação⁷. E que valoriza os militares de uma forma bem acentuada até os dias atuais.

Na busca por documentos sobre Jaguarão, encontramos vários escritos sobre sua história desde a constituição como cidade até mudanças atuais. No entanto, não encontramos referências bibliográficas sobre o período ditatorial jaguarense, talvez esses escritos ainda não tenham força pela reluta das pessoas em falar sobre esse período, alguns por motivos pessoais outros quem sabe, por motivos políticos. Muitos documentos de grande importância para o estudo desse tema ainda não estão acessíveis para a sociedade, não apenas em Jaguarão, mas em todo Brasil. A falta de discussões sobre este período pode levá-lo ao esquecimento, ainda assim o fato de não discuti-lo não significa que ele esteja esquecido, porém sua recordação faz-nos perceber o quão dolorido foi esse momento e ainda nos ajuda a valorizar as perdas, para que tal situação nunca mais ocorra no Brasil.⁸

O presente trabalho se faz necessário devido à falta de bibliografia sobre essa temática. Ainda que tenhamos buscado, encontramos pouco ou quase nada sobre esse assunto nesta cidade. Portanto, acreditamos que a pesquisa é de relevância científica, tanto para a academia quanto para a sociedade, já que é necessário compreender esse período político do país e da cidade, particularmente. Ainda acreditamos ser necessária a ressalva de que durante o processo de construção do projeto até a realização do mesmo, houveram mudanças que não esperávamos, o que de fato é muito comum em trabalhos científicos, afinal, nem sempre conseguimos comprovar nossas hipóteses de trabalho.

Em sua execução dividimos o trabalho em cinco capítulos. O primeiro será um capítulo introdutório, que faz referências a nossa trajetória de pesquisa, bem como a justificativa deste trabalho. O segundo falará sobre o contexto político internacional e nacional da Guerra Fria, e logo abordaremos o Rio Grande do Sul, suas contribuições e posicionamentos quanto ao Golpe. No terceiro capítulo, traremos a metodologia do uso de atas como fonte, e em seguida que encontramos nelas e também abordaremos as questões

⁷ A saber: FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão, 1790-1833*. Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1980.

⁸ Discutiremos o tema da desmemória mais adiante no ponto 3.3.

ligadas à memória e ao esquecimento, bem como as legislações referentes ao uso de arquivos. Em nosso quarto capítulo, abordaremos a metodologia de uso dos jornais, o que pudemos perceber a partir dos jornais locais e ainda um comparativo do que encontramos aqui e do que foi noticiado no país. Finalizando o trabalho, no quinto capítulo, fizemos um acompanhamento do leitor sobre temas que devem ser refletidos ao longo do trabalho, além de discutir a questão de este ser o primeiro trabalho da área na cidade, em que abordamos a importância de novas pesquisas nessa temática na região.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DO GOLPE.

2.1 O Golpe da Ditadura Civil-Militar Brasileira: contexto internacional e as mudanças nacionais.

A Ditadura Civil- Militar Brasileira é um tema que recentemente vem sendo mais discutido e estudado. Nosso trabalho visa compreender esse período a partir de outra perspectiva, abordando as possibilidades de fontes sobre essa temática em outras regiões, como no interior do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Jaguarão.

Para compreender o cerne do Golpe no Brasil é necessário conhecer seu contexto, internacional e nacional. Em busca disso, no quadro internacional estudaremos a importância das mudanças impostas pela Guerra Fria, no quadro nacional abordaremos dois pontos: a inserção do Brasil nesse contexto ditatorial e o Rio Grande do Sul percebendo suas influências sobre as ações do período.

Compreender o quadro internacional é importante para a contextualização de nosso trabalho, não apenas em termos de Guerra Fria, como também sobre a inserção do Cone Sul no período ditatorial.

* * *

Entre as décadas de 60 e 70 o Cone Sul (região composta por Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai) sofreu com várias ditaduras. Após a Segunda Guerra Mundial o contexto internacional era a Guerra Fria. Onde além da corrida armamentista já conhecida e discutida⁹, fruto deste período, outras ideologias surgem de forma exacerbada.

Para entender as questões referentes à Guerra Fria, recorreremos a uma das obras de um historiador contemporâneo muito importante, Eric Hobsbawm. O autor nos explica que a Guerra Fria foi basicamente a “distribuição de poderes mundiais”, ou seja, enquanto a União Soviética exercia predominante influência sobre várias partes do mundo através de zonas ocupadas pelos comunistas, os Estados Unidos mantinham um domínio sobre o resto do

⁹ A saber: PURDY, Sean. *A Segunda Guerra e os EUA como “World Cop”*. *Rupturas do consenso: 1960-1980*. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 217-255.

mundo capitalista assumindo o que restava da hegemonia imperialista das antigas potências coloniais.¹⁰

Nesse sentido, a situação mundial estava relativamente estável pouco depois da guerra, mas em meados da década de 1970 o sistema internacional entrou em outro período de extensa crise política e econômica. Até então, as duas superpotências mantinham a divisão desigual do mundo, buscando resolver suas disputas de demarcação sem um choque intenso.

A disputa dessas duas superpotências não ocorre apenas nos territórios, mas também no poder político. Enquanto os EUA defendiam as políticas capitalistas mantendo o poder através do controle econômico, político, ideológico e cultural, a União Soviética através de um sistema "socialista autoritário" detinha o poder de seu bloco por meio de sistemas ditatoriais apoiados pelos comunistas, conhecido como "perigo vermelho".

O comunismo espalhou-se pelos regimes socialistas também em Cuba e China, ele mesmo influenciou a eclosão de uma série de golpes militares na América Latina, seguidos por ditaduras militares.

Cuba, por exemplo, através da figura de Fidel Castro, buscou expandir sua revolução no Brasil, inclusive oferecendo treinamento militar em seu território para brasileiros selecionados pelas organizações guerrilheiras, capazes de desencadear ações de guerrilha urbana e rural. Junto da China, Cuba passou a financiar grupos de esquerda na América Latina, iniciando um movimento para implantar o comunismo na região, influenciando uma série de golpes militares.¹¹

No Brasil, a principal guerrilha era a Ação Libertadora Nacional¹², alguns guerrilheiros brasileiros participaram desses treinamentos em Cuba como é o caso de Carlos Marighella¹³, por exemplo, que é conhecido como a principal representação da linha castro-guevarista no Brasil. Como pode nos explicar Sales afirmando que Marighella “foi a personificação brasileira de uma estratégia de ação continental concebida sob influência direta da revolução cubana: a guerra de guerrilhas latino-americana”¹⁴.

¹⁰HOBSBAWM, Eric. *“Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991”* São Paulo : Companhia das Letras, 1995, p. 224.

¹¹ A saber: CASTAÑEDA, Jorge G.. *O crisol cubano*. In: Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55-83.

¹²ALN

¹³Sobre a história da ALN e de Carlos Marighella, ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, 6.ed.rev, São Paulo, Ática, 1998; e NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, São Paulo, Editora da UNESP, 1999.

¹⁴SALES, Jean Rodrigues. *A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil*. EdUFF, 2009.

Todo esse cenário internacional explica a entrada do Brasil no período ditatorial. Mas se nesse contexto o Brasil foi um dos primeiros a entrar nesse período, a ditadura no Brasil pode ser considerada como uma espécie de modelo? Carlos Fico¹⁵ afirma que o caso brasileiro inspirou o modelo de outros regimes militares e ditaduras por toda a América Latina, sistematizando a Doutrina de Segurança Nacional, que justificava ações militares como forma de proteger o interesse da segurança do país em tempos de crise. Nesse mesmo quadro político a Bolívia entra nesse período juntamente com o Brasil ambos em 1964, seguido de Argentina em 1966, Uruguai em 1973, e Chile ainda no mesmo ano.

A entrada do Brasil no período militar de 64 é o foco de nossa análise. No entanto, para entendê-la de forma mais assegurada é necessário que se faça uma análise do período anterior ao ditatorial. Desta forma nos perguntamos como estava o quadro político, econômico e social no Brasil, que culminaria no Golpe.

Buscando respostas para esse questionamento percebemos que a crise de 64 foi um período de queda do ciclo econômico, que ainda assim não colocaria em risco a acumulação capitalista. Para autora Sônia Mendonça “entre 61 e 64 havia disputas partidárias, polêmicas entre executivo e legislativo, as greves, a inflação, as conspirações revelam a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar”.¹⁶

Os aspectos econômicos desse quadro estão ligados às condições da industrialização brasileira. Ela processou-se num quadro conflitivo entre o setor urbano-industrial e o setor agroexportador, ou seja, conservar a produção agroexportadora era uma das condições para industrialização, porém sem centralizar ela na economia, desviando os recursos nela gerados para o setor urbano-industrial. Em contrapartida, o fortalecimento do centro industrial traria ao setor agroexportador a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transportes e de comunicações, facilitando o escoamento de sua produção. Desta forma, segundo a autora:

A acumulação capitalista no Brasil operava uma crescente concentração de capitais, pois a introdução de indústrias de duráveis incorporando tecnologias cada vez mais sofisticadas. Em decorrência direta, favorecia a concentração de renda, criando novos empregos relacionados as esferas técnicas e administrativas, com salários mais elevados.¹⁷

¹⁵FICO, 2004, p.48.

¹⁶MENDONÇA, Sônia. *A Industrialização Brasileira*. Moderna, 1996, p. 07.

¹⁷Idem. P. 10.

Algumas medidas foram tomadas nesse período para tentar reverter o quadro de crise política e econômica. Uma dessas ações foi o Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965, que visava um crescimento acelerado da economia do Brasil em dois anos, com baixas na inflação. No fim do ano de 1963, “o malogro do *Plano Trienal* era reconhecido por todos: não ocorreu nem *desaceleração da inflação* nem *aceleração do crescimento*. Houve, sim, *inflação sem crescimento*”.¹⁸

Como vimos, a economia do Brasil passava por um período de crise. Essa crise atingiu também outros setores como o político, por exemplo. Não seria correto afirmar que esses fatores ocorreram isoladamente. Os problemas econômicos se refletiram de diversas formas, como nos explica Mendonça:

O processo de concentração de capitais e de internacionalização da economia dava origem a disputas políticas entre os diversos segmentos do capital, com vistas ao papel do Estado e de seu favorecimento a um outro segmento da economia.¹⁹

Sendo assim, podemos perceber que o embate político estava, de certa forma, ligado ao sistema econômico, também em crise. De um lado alguns partidos ofereciam apoio ao setor industrial enquanto de outro o Estado favorecia o setor agroexportador.

Para entender o processo de criação dos partidos nacionais na década de 60 é preciso voltar um pouco na história do Brasil e entender ligeiramente as mudanças políticas do período conhecido como Estado Novo, de 1945. Isto é necessário para compreender quando haviam apenas dois partidos no país. Nesse período o Brasil sofreu uma ordem de redemocratização partidária onde estabeleceu linhas gerais consolidadas entre os anos 1946 e 1960, importantes por dividir a disputa política, buscando dificultar a formação de partidos regionais ou estaduais. Conforme Mendonça nos explica.²⁰

Os grandes partidos nacionais então foram criados: PSD, que tinha aliança com oligarquias agrárias regionais, ligado a Getúlio Vargas; PTB, criado a partir das instituições do Estado Novo por meio do Ministério do Trabalho; UDN, principal partido de oposição ao getulismo, que unia setores médios, advogados, industriais e fazendeiros; e o PCB, que por

¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.17. Grifos do autor.

¹⁹ MENDONÇA, 1996, p.10

²⁰ Idem, p.10.

sua vez contava com grande prestígio popular no período, o partido foi proibido em 1947, mas continuou suas atividades na ilegalidade²¹.

O crescimento do PTB que era apoiado pelo PCB ilegal porém atuante, e a sobrevivência do getulismo configurava para UDN um avanço do comunismo no país. Diante disso, várias vezes articulou-se com militares constituindo para si uma identidade golpista.²²

Conforme nos explica Mendonça os anos 1961-64 caracterizam - se por intensa mobilização popular. Vivia-se um instável equilíbrio político entre partidos, onde houve a ruptura do pacto populista da associação PSB e PTB.

Duas grandes polêmicas agitavam o período: as reformas de base e a luta imperialista. A divisão estava no interior dos partidos conservadores, assim conforme a autora:

No PSD, o grupo da Ala Moça apoiava as reformas, enquanto os seus outros segmentos retiravam o apoio a Jango. Na UDN as diferenças eram entre o grupo progressista da Bossa Nova e os conservadores ortodoxos. A monopolização e a internacionalização da economia brasileira refletiam-se nessas disputas.²³

Congregando militares, políticos e empresários, em novembro de 1961 foi fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), com fartos contatos e recursos internacionais com a função de elaboração de estratégia.

Um desses contatos que seria o fator que culminou na queda de Jânio, foi a visita de João Goulart à China. Buscando expandir sua “Política Externa Independente”, em 1961 Jânio mandou seu vice à China, seu intuito era uma aproximação política e econômica daquele país já comunista. Nesse período Jânio renunciou à Presidência, numa jogada política que não deu certo e abriu caminho para o golpe civil-militar, já que os militares temiam a instalação de um regime comunista no Brasil pelo líder trabalhista gaúcho.

²¹ Fundado em 1922, o PCB esteve na legalidade durante apenas três meses em 1922, sete meses em 1927 e entre 1945 e 1947, quando o número de filiados teria aumentado de 5 mil para 180 mil. Na Assembleia Constituinte de 1946, foram eleitos 14 deputados do partido (entre eles Gregório Bezerra e Carlos Marighella) e um senador (Luís Carlos Prestes). Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral fez com que novamente o PCB passasse à ilegalidade, cancelando seu registro sob a alegação de que tratava-se de um partido estrangeiro, uma extensão do Partido Comunista soviético. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério dosilêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 54.

²² MENDONÇA, 1996, p.11.

²³ MENDONÇA, 1996, p.14.

Em síntese, para Mendonça “o golpe de 64 significou, portanto, uma dupla reordenação, de um lado alijava e reprimia os movimentos populares, de outro afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos”.²⁴

A situação econômica e política refletia-se nas camadas sociais, antes de 1964 o povo lutava pelo direito de voto aos analfabetos, o direito dos setores subalternos das Forças Armadas de postularem cargos eletivos e a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, que já citamos aqui.

O Brasil já apresentava um quadro indicativo para o Golpe de 1964. “O Golpe teria sido produto de um amplo e bem elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais”.²⁵

Ainda melhor seria afirmar que 1964 significou um golpe contra a democracia política brasileira, contra as reformas sociais e políticas e contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades) e foi também o fim do debate ideológico e cultural que estava colocado no país.

Em síntese, para melhor entender, “as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc.”²⁶ De certa forma, isto significava um quadro de subversão no Brasil, que para alguns, deveria ser reprimido.

Percebendo a variedade da massa participativa das questões que estão ligadas ao Golpe de 64 é importante a discussão entre os conceitos de Ditadura Militar e Ditadura Civil-Militar, sendo que a primeira supõe apenas um posicionamento militar e a segunda propõe a participação da população civil na ditadura que é comandada pelas Forças Armadas. Deixamos de utilizar o termo Ditadura Militar, que aqui entendemos a partir da obra de René Armand Dreifus²⁷, que deixou claro seu posicionamento quanto a esta questão, em que mostra-se de forma ortodoxa, que parte do domínio econômico do capital, em que os regimes militares eram simples decorrência dos ajustes do capitalismo.

Segundo Fico, “o estudo específico dos militares pareceria menos importante, ganhando destaque, isto sim, os aspectos relacionados à expansão capitalista, ao capital

²⁴Idem, p.15.

²⁵D'Araújo apud FICO, 2004, p. 55

²⁶TOLEDO, 2004, p.15.

²⁷DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.p.338.

internacional e ao papel dos setores da burguesia brasileira nesse contexto”.²⁸ Em seu texto, Dreifus afirma que foi preciso uma rede de apoio dentro das Forças Armadas, mas que esse era composto por vários grupos militares, que conspiravam contra o governo e poderiam proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe²⁹.

O conceito de Ditadura Civil-Militar que utilizamos vem de Daniel Reis Filho³⁰ que, defende que a ditadura só pode ser instaurada no Brasil devido a sua ampla frente social e política que se reuniu para depor Goulart³¹. Essa amplitude, segundo o autor, era formada por banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média que condicionariam o interior das Forças Armadas para chegar ao poder do Estado³², como já havíamos notado com Toledo.

Se partimos do pressuposto da instauração de Ditadura, logo deixamos de crer na possibilidade de uma “ditabranda”, e para essa análise é necessário perceber alguns diferenciais entre as ditaduras do Cone Sul. Caroline Bauer desmistifica essa teoria de ditadura mais suave no Brasil, afirmando que a interpretação anterior é compartilhada por militares brasileiros que buscam negar as estratégias de implantação do terror no Brasil.³³

Assim a autora nos explica que apenas essas relações numéricas não são suficientes para explicar diferentes estratégias de terror e que são necessárias análises da implementação das conjunturas do terror em cada localidade do Cone Sul. Nesse caso é possível ainda argumentar que o fato de haverem mais denúncias de práticas de tortura na Argentina³⁴ pode significar que naquele lugar as pessoas tinham o direito de denúncia, enquanto que no Brasil, o número mais baixo não, necessariamente, significa que a ditadura foi mais branda, podendo significar que foi ainda mais severa quanto às suas práticas de terror como política, em que as pessoas não poderiam inferir denúncias contra o governo.

²⁸ FICO, 2004,p.48.

²⁹ DREIFUS, 1981, p.338.

³⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1990.

³¹ Idem., p. 22.

³² Ibidem.,p.57.

³³ BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

³⁴ Haja visto que seu trabalho esta baseado nas políticas ditatoriais do Cone Sul, com foco principal no comparativo entre as ditaduras do Brasil e da Argentina, onde “na Argentina se estima um universo estimado entre nove e trinta mil desaparecidos políticos, no Brasil há um registro, ainda incompleto, de 400 casos” (BAUER, 2012, p. 32)

Buscando compreender essas diversas camadas que eram favoráveis ao Golpe, nos perguntamos: qual a posição da Igreja Católica nesse contexto? A partir das leituras percebemos que ela teve um papel fundamental no período ditatorial brasileiro.

Um desses eventos que impulsionaram o golpe no Brasil foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, nela senhoras católicas percorreram as ruas de São Paulo no dia 19 de março de 1964, onde ofereciam um argumento a favor dos militares e dos grupos políticos e econômicos conservadores pedindo a deposição do governador João Goulart, já que ele poderia ser o representante dos interesses do comunismo a ser implantado no Brasil³⁵.

Mas a ação da Igreja católica e de seus fiéis não se resumiu a estas manifestações de ruas, o apoio da igreja aos golpistas começou a diminuir a partir do momento que a opressão aumentou consideravelmente. Entre 1964 e 1968, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) pouco se manifestou sobre a repressão do governo militar.

“Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzida nas formas de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror”³⁶. Esse excerto mostra o que diziam os bispos da CNBB no ano de 1970, em que rompiam com as práticas de tortura exercidas no Brasil.³⁷

Desta forma a CNBB teve um papel fundamental naqueles anos, já que eram um dos poucos grupos que podiam lutar contra o regime. Esse é o caso de Dom Hélder Câmara³⁸ ele mostrou-se um dos grandes líderes na luta pelos direitos humanos no mundo. Como nos explica melhor Bezerra no seguinte excerto:

Seu papel de maior relevância foi como divulgador da existência de tortura no Brasil. Ele realizou verdadeiras cruzadas ao redor do mundo pronunciando-se contra as arbitrariedades do governo brasileiro e teve a imprensa internacional como uma de suas maiores aliadas. Talvez por esse motivo sofreu uma perseguição muito acirrada dos militares, uma vez que aqueles sempre se mostraram muito ciosos da imagem externa do Brasil.³⁹

³⁵PINTO, Tales. *Igrejas e ditadura no Brasil*. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/historiab/igrejas-ditadura-no-brasil.htm> Acesso em 16 de dezembro de 2013.

³⁶Documento da Décima Primeira Assembléia Geral da CNBB, *SEDOC*, 3 (1970-1971): 85-86 APUD MAINWARING *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p.130.

³⁷SOUZA, Ana Carolina Machado de. *A Igreja Católica e a Ditadura Militar*. Disponível em: <http://historiandonanet07.wordpress.com/2011/08/08/a-igreja-catolica-e-a-ditadura-militar>. 2011. Acesso em 17 de dezembro de 2013

³⁸ Ordenado bispo-auxiliar no Rio de Janeiro em 1952.

³⁹BEZERRA, Paulo César Gomes. *A constituição de uma autoridade na narração do passado. Entre a história e a memória: a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009, p. 6.

Portanto percebemos nesse primeiro momento de nosso trabalho a influência de diversos fatores influenciaram na tomada do governo pelos militares. Primeiramente pudemos perceber que não apenas os militares fizeram parte do golpe de 64 no Brasil e que essa massa era formada por uma diversidade de empresários, industriais, políticos, que foram representados pelas Forças Armadas. Desta mesma forma compreendemos o papel da Igreja nesse contexto, quando em um primeiro momento foi a favor do Golpe e logo em seguida manteve-se de forma heterogênea. Envolvendo tudo isso, pudemos entender como o quadro internacional influenciou a crise no Brasil, que por sua vez culminou no Golpe. Passado esse momento de compreensão geral, vamos buscar saber mais sobre o estado em que está fixada nossa análise principal, o Rio Grande do Sul e suas particularidades.

2.2 O Rio Grande do Sul em 1964: apoio e contribuição do governo Meneghetti.

Como vimos no capítulo anterior, a ditadura brasileira aconteceu devido a vários fatores como: políticos, econômico e sociais, e naquele contexto estava inserida em uma grande crise. Desta forma passamos a buscar informações sobre a ditadura no estado do Rio Grande do Sul, a fim de enriquecer nossa análise. Percebemos que para entender a ditadura nesse espaço é necessário compreender pelo menos dois fatores de grande relevância, são eles: a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola (ex-governador do estado); e a política de apoio ao Golpe do governador do estado, Ildo Meneghetti (1963-1966).

Sabemos que a ditadura nacional afetou todos os estados brasileiros, mesmo assim devemos considerar as particularidades do RS, como os pontos elencados acima. A consolidação política do Golpe Civil-Militar no Rio Grande do Sul se deve, fortemente, aos partidos conservadores legitimados por Ildo Meneghetti e pela vanguarda conservadora do estado.⁴⁰

No dia 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros deixou o governo do Brasil, João Goulart (vice-presidente) estava em visita à China, como vimos. O quadro brasileiro apontava para um possível Golpe apoiado por diversos setores, como os militares de alta patente, comerciantes, industriais e era apoiado pela Igreja.

⁴⁰LAMEIRA, 2012. p. 892.

No mesmo dia do anúncio de Jânio, Leonel Brizola⁴¹ do PTB divulgou um manifesto, em que afirmava estar surpreso com a declaração de Jânio e afirmava apoio à ascensão de João Goulart ao primeiro posto da nação. A defesa imediata do regime democrático e da ascensão de Goulart à Presidência repercutiu nos meios civis e militares. No dia seguinte, Brizola apela aos militares legalistas para que não se unam às ações golpistas militares, que não aceitavam a posse de Goulart.

No dia 27 de agosto Brizola fala na Rádio Guaíba de Porto Alegre, dando início à Campanha da Legalidade, que visava basicamente a afirmação do direito de Jango à presidência. Durante os doze dias principais da Campanha, Porto Alegre viu-se a beira de uma guerra civil, já que muitas tropas da Brigada Militar foram colocadas de prontidão para defender o Palácio Piratini, sede do movimento pela Legalidade. Contando com o apoio de grande parte da sociedade civil, o movimento pela Legalidade cresceu na região sul do país, a partir do Rio Grande do Sul. Naqueles dias de indefinição, foi força representativa do desejo político de parte significativa da sociedade brasileira.⁴²

Após a saída de Brizola do governo do estado, assume o cargo Ildo Meneghetti, que apoiou os segmentos mais conservadores da sociedade no processo que culminaria no golpe militar e na queda do presidente João Goulart.

Ildo Meneghetti, como a maior parte da UDN gaúcha, depois do Golpe incorporou-se à ARENA⁴³. Para entender seu mandato, pensamos que seria importante compreender suas primeiras ações frente ao governo próximo aos dias do Golpe, para isso buscamos entender porque Meneghetti mudou a capital do estado, e porque mais tarde ele mesmo teve seu mandato interrompido pela ditadura.

Uma de suas primeiras medidas foi a tomada das rádios, impedindo a comunicação de Brizola com o povo gaúcho, buscando anular a Campanha da Legalidade. Além disso, Meneghetti mudou a capital gaúcha de Porto Alegre para Passo Fundo, por dois principais motivos que o pressionavam: o primeiro dois ofícios que recebera requisitando a Brigada Militar pelo III Exército, em que se via sem forças que fizessem a segurança do estado, ainda assim Meneghetti perdeu a Brigada, que passou a ser força policial para o Exército Brasileiro; e o segundo foi a força da população que fez uma grande manifestação contra o golpe em

⁴¹Governador do Rio Grande do Sul entre 25 de março de 1959 e 25 de março de 1963.

⁴²ROLIM, Cesar. *A Campanha da Legalidade: uma mobilização civil-militar em defesa do posse de João Goulart*. Disponível em: <http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/a-campanha-da-legalidade-uma-mobilizacao-civil-militar-em-defesa-da-posse-de-joao-goulart/> Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

⁴³Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação do regime criado em 1965.

frente ao Palácio Piratini, que precisou de forças da esquerda para impedir a invasão da sede do governo.⁴⁴

Entretanto, o próprio Meneghetti teve seu governo encurtado pela Ditadura Civil-Militar, quando em 12 de setembro de 1966 foi substituído prematuramente por Walter Barcelos, escolhido em convenção da ARENA e eleito pela Assembleia Legislativa.

Depois de saber sobre os embates políticos no Rio Grande do Sul, pensamos o quanto seria relevante compreender o estado no contexto ditatorial pensando ele como espaço de fronteira. Principalmente sabendo da Operação Condor⁴⁵ que uniu repressivamente o Cone Sul.

Como nos explicam Padrós e Marçal, o fato do Rio Grande do Sul possuir fronteira com o Uruguai e a Argentina, deu ao estado um papel de fortaleza da defesa nacional; a repressão local incorporou essa preocupação com empenho. Sendo assim, os autores nos dizem que “paradoxalmente, seu território constituía, para a oposição, uma espécie de corredor ou uma rota estratégica para conectar a resistência interna com aquela organizada no exterior”⁴⁶.

Mesmo sabendo que antes da Operação Condor as redes policiais e militares já atuavam no Cone Sul, foi a partir de 1964, consolidada a ditadura no Brasil, que iniciou-se uma prática de exilados que passaram a atuar politicamente além das fronteiras. Sendo assim o Rio Grande do Sul entra nesse cenário como um corredor de acesso para sair do país, “a terra de acolhida da primeira onda do exílio brasileiro foi, fundamentalmente, o vizinho Uruguai, país que até 1973 continuaria sendo, formalmente, um regime democrático”.⁴⁷

Nesse sentido, desde a deflagração do movimento golpista, a fronteira brasileiro-uruguaia mereceu vigilância sistemática, visto que muitos simpatizantes do governo deposto buscaram proteção no Uruguai.

A cidade a qual dedicamos nosso trabalho, Jaguarão, faz parte desse corredor que une Brasil e Uruguai. Padrós nos fala de cidadãos brasileiros que deixavam o país pela

⁴⁴ ZARDO, Murilo Erpen. *Operação farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do Golpe Civil- Militar de 1964*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História. Porto Alegre, 2010

⁴⁵ Aliança político-militar-repressiva entre as ditaduras de Segurança Nacional da América do Sul, definida em meados dos anos 70 com o objetivo central de coordenar a repressão a opositores desses regimes.

⁴⁶ PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. *O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional*. IN Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre:Corag, 2009. v. 3; p. 35

⁴⁷ Idem, p.36.

fronteira de Jaguarão.⁴⁸ Além disso, em 1966, através do Ato Institucional nº 3, a ditadura estabeleceu a eleição indireta de governadores. Essa situação muda em 1968, quando foi promulgada a lei que declarava área de segurança nacional vários municípios brasileiros. Entre os 68 municípios, Jaguarão estava presente

Portanto, durante a ditadura, a área de fronteira constituiu um espaço crítico de defesa interna e externa, levando o governo a nomear os interventores dos municípios ali localizados, assim como a promover a militarização do mesmo.⁴⁹

A cidade de Jaguarão, por exemplo, teve seu prefeito substituído logo em seguida do momento do Golpe. Buscamos informações maiores em nossas fontes, mas não encontramos muitas respostas, apenas o nome do prefeito substituto, mas esse é um tema que discutiremos mais adiante.

Como pudemos perceber Jaguarão passou por transformações durante o período ditatorial, principalmente por estar inserido em área de fronteira. Sabendo dessas mudanças buscaremos compreender as redes políticas instauradas na cidade, pensando sobre seu apoio ou não ao golpe.

⁴⁸ A saber: Françual Terra Pires, cidadão brasileiro que, logo após a instalação da ditadura, temendo ser preso, deslocou-se da cidade de Rio Grande para Pelotas e, posteriormente, a Jaguarão, entrando logo em seguida em território uruguaio, pela cidade de Rio Branco – UY.

⁴⁹PADRÓS,MARÇAL. 2009, p. 42.

3. PANORAMA POLÍTICO DE JAGUARÃO

3.1 O uso dos arquivos na história da ditadura em Jaguarão: a busca pelos documentos

Como vimos até o momento, a consolidação do golpe Civil-Militar de 1964 teve vários fatores, dentre eles a conjuntura internacional e o cenário político nacional, elencados para nós como os principais pontos de análise de partida para nosso trabalho, como mostramos no capítulo anterior.

Quando nos propomos a trabalhar com o período ditatorial da cidade de Jaguarão, a fim de inseri-la nessa discussão, acreditamos que seria pertinente trabalhar a rede política da cidade. Nos perguntamos, quase imediatamente, como a questão política era tratada em 1964. Para isso acreditamos que seria necessário compreender os partidos políticos da cidade na última eleição anterior ao golpe. Sendo assim usaremos as Atas da Câmara de Vereadores, dispostas no local de origem. Mas antes de nos dedicarmos ao conteúdo das atas, resolvemos por bem trabalhar a metodologia que usamos para que esse trabalho fosse feito.

Quanto à metodologia, o importante é falar sobre o valor da fonte para a História. Por muito tempo os registros para escrever História eram apenas fontes oficiais, cujo conceito de fonte está relacionado e cujas atas fazem parte.

A primeira geração da Escola dos Annales teve como grande contribuição historiográfica a possibilidade de um diálogo entre a História e as ciências sociais, rompendo uma barreira invisível e ao mesmo tempo sólida, legitimada por uma história tradicional, factual, excessivamente preocupada com os acontecimentos advinda do século XIX.⁵⁰ A história nova empreendida por Lucien Febvre e Marc Bloch, começa a tecer suas redes de conhecimento em contraposição à história tradicional “enraizada” nos grandes homens e fatos e no uso de fontes oficiais, e que dessa forma, marginalizava muitos aspectos das experiências humanas. Entretanto para a “nova história”, toda vivência humana é portadora de uma história.

A revista dos Annales condensou os saberes e experiências de Bloch e Febvre, bem como suas críticas a uma história tradicional, com raízes no modelo positivista⁵¹. Na geração

⁵⁰ REIS, José Carlos. *A história, entre a ciência e a filosofia*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p 18.

⁵¹ A saber: RIBEIRO Junior, João. *O que é positivismo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

que segue, afirmada por Braudel, a Escola dos Annales se fundamenta como escola, porém, nunca constituíram uma escola no sentido estrito, isto é, em um modelo de pensamento fechado em si mesmo, pois nela se uniram diversos historiadores, com abordagens diferentes: da História: política, social, econômica, cultural. Segundo Peter Burke, Braudel realiza um movimento de “combinar um estudo da longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos.”⁵²

O fato é que a terceira geração da Escola dos Annales, de George Duby e Jacques Le Goff, rompe com o limite do conceito de documento e o amplia de forma a facilitar o trabalho do historiador. A terceira geração amplia o conceito de documento, para fotos, cartas particulares, etc. Para a terceira geração dos Annales “tudo passa a ser objeto de verificação atenta do historiador. Não há indício que possa ser desconsiderado, porque todos os acontecimentos cruzados possibilitam a melhor aproximação da realidade vivida”.⁵³ Essa geração traz uma fase marcada pela fragmentação e por exercer grande influência sobre a historiografia e sobre o público leitor, em abordagens que comumente chamamos de Nova História ou História Cultural.

Também notamos como pertinente a discussão do uso dos arquivos para escrever História. Bacellar nos explica muito bem sobre as dificuldades de encontrar os documentos, já que muitos arquivos não estão bem organizados, mesmo se tratando de Arquivos Públicos,⁵⁴ e ainda aponta como os possíveis maiores problemas a falta de pessoal, instalações adequadas e de recursos, cuja organização é menor nos arquivos municipais.⁵⁵

Quanto aos instrumentos da pesquisa, Bacellar afirma que mais importante é localizar as fontes, ou seja, o conjunto de documentos que serão utilizados para a investigação.⁵⁶ O que sabemos que muitas vezes pode ser o determinante da realização da pesquisa.

A consulta do material é muitas vezes instigante para novos pesquisadores, e assim quando o pesquisador chega pela primeira vez ao arquivo, dirige-se diretamente ao funcionário responsável, porém como mostra Bacellar, nem sempre esses funcionários estão

⁵²BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução na Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 49.

⁵³FERREIRA, Marieta de Moraes, FRANCO, Renato. *A nova História*. IN.: Aprendendo História: reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

⁵⁴BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 46.

⁵⁵Idem, p. 49-50.

⁵⁶Ibidem, , p. 51.

bem preparados, e por isso às vezes deixam de alertar sobre a organização do arquivo, ou a falta dela.

Além disso, os documentos e o trato com eles trazem além de cuidados, problemas. Um deles que pode ser encontrado é entender a caligrafia, para documentos escritos à mão.⁵⁷ Que é o caso de nosso trabalho com as atas.⁵⁸ Quando nos deparamos pela primeira vez com as atas, na busca por respostas aos nossos questionamentos, a escrita à mão foi uma de nossas primeiras dificuldades. Portanto, o uso de arquivos pode ser dificultoso, principalmente quando o mesmo não conta com organização, mas ainda assim é muito enriquecedor para a produção do trabalho.

Nossa fonte de uso são as atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão, cuja guarda é feita em arquivos, que como vimos acima por si já requer cuidados. As atas são o resumo de cada reunião oficial de Vereadores, seja ela ordinária ou extraordinária. A ata é composta da narração dos assuntos discutidos naquela sessão. Vale ressaltar que as falas não são totalmente transcritas para a ata, pelo contrário poucas são as vezes que isso acontece. Em geral, apenas os temas são retratados. Iremos usá-la de forma que apresente quais assuntos eram tratados em determinadas sessões, explorando mais as atas que transcrevem as falas. Como ressalva afirmamos, e Bacellar já trata sobre isso, que o importante do trabalho coma fonte é valorizá-las mas não condená-la como certa ou errada, principalmente quando estamos em outro contexto.

3.2 Tecendo a rede política na cidade através das Atas da Câmara.

Como vimos a escolha dos documentos é crucial para o desenvolvimento da pesquisa. Na busca pelas fontes acreditamos que a Câmara de Vereadores nos daria esse suporte, procuramos traçar a política da cidade de acordo com algumas perguntas, cujas respostas seriam o roteiro que responderia nossa pergunta principal: os políticos de Jaguarão apoiavam o Golpe?

Nossas perguntas eram: Quais partidos faziam parte da política de Jaguarão?; quem era o prefeito da cidade?; qual o seu partido?; como ele reagiu ao Golpe? Provavelmente não encontraríamos tudo isso, mas combinadas aos jornais, as atas poderiam nos dar respostas.

⁵⁷ Ib. Ibidem, p. 54-55.

⁵⁸ Ver anexo 1.

Lendo todas as atas do ano do Golpe pudemos perceber que entre vinte e quatro de março e quatorze de maio de 1964 a Câmara de Vereadores estava sem atividades, desde o pedido de afastamento do presidente da Câmara em março. A primeira peculiaridade desses documentos é o fato da falta de nomenclaturas. Raros os casos em que o primeiro nome de um vereador vem acompanhado do segundo nome, ou a um cargo segue o nome de seu ocupante. O presidente da Câmara, por exemplo, não tem seu nome citado em nenhuma ata daquele ano, descobrimos seu nome, Aldo Francisco Rosa, por uma placa fixada em uma das praças da cidade.⁵⁹

A primeira reunião da Câmara na volta de seu recesso, cujo motivo maior não sabemos, foi no dia quinze de maio de 1964, dizendo a ata:

Declaro instalados os trabalhos do 1º período, da 1ª sessão da 5ª legislatura, saudando os senhores por esse ato o Sr. Presidente fez votos que os trabalhos transcorressem sempre com o interesse voltado para o progresso de Jaguarão e num ambiente de paz e harmonia. – Mocidade trabalhista-moços militantes em outras agremiações políticas (saudando).⁶⁰

A primeira reação que tive ao ver esse relato da ata foi: quanto tempo dura uma reunião da Câmara? Este excerto acima é a ata completa da reunião daquele dia, esperava que fossem narrados todos os assuntos discutidos, mas não, provavelmente esse é o início da sessão ou o primeiro assunto dela. Fui conferir uma ata atualmente, encontrei-a no site da Câmara de Vereadores, e tive a certeza de que muito provavelmente esta ata esteja incompleta. Outro aspecto que me chamou a atenção é a falta da questão da deflagração do Golpe. Afastados do trabalho, era provável que esse fosse o assunto da volta do recesso, mas não como vimos. Além disso, foram relatados brevemente “moços militantes em outras agremiações políticas”, me perguntei quais seriam essas as agremiações políticas. Até essa ata, só houve relato de um partido, na ata de doze de março, é solicitado o pedido de dois representantes para a Comissão técnica do PTB.⁶¹ O que, pelo menos, indica a presença ativa do partido na cidade.

A próxima sessão ordinária da Câmara é do dia vinte de maio, quando a ditadura é assunto da Câmara pela primeira vez naquele ano.

Washington Izquierdo, tecendo comentários sobre os últimos acontecimentos que se desenrolaram no país, declarando-se ser plenamente favorável à revolução democrática e ao governo instalado. Comentou a prisão de diversas pessoas aqui residentes, e, muito principalmente a do vereador (Carlos Leonardo) Winkie. Julgou que talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente

⁵⁹ Ver anexo 2.

⁶⁰ IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 250, f. 156 v., de 15 de maio de 1964.

⁶¹ IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 247, f. 154, de 12 de março de 1964.

em Jaguarão não existia expurgo a fazer. Tais atos embora injustos eram necessários para resguardar os motivos altamente justos da revolução de 1º de abril, que nada mais fez de que, pelas armas, a vontade da população. Falou longamente inclusive trechos de jornais, sobre a fabulosa fortuna do ex-presidente João Goulart, conseguida em apenas 10 anos.⁶²

De fato essa passagem da sessão daquele dia, nada no diz sobre partidos na Câmara, mas muito nos fala sobre o posicionamento de ideias daqueles que faziam parte do governo da cidade. O fato de o vereador Izquierdo afirmar que é favorável ao que ele chama de revolução democrática e ao governo instalado é valoroso ao nosso trabalho. Como já discutimos aqui no primeiro capítulo, e é como nos referimos até aqui o que ele chama de revolução, é, para nós, o momento do Golpe Civil-Militar.

Essa diferença não é só de palavras, mas de ideologias políticas, o primeiro (de Izquierdo) acredita que o Brasil não vivia um momento democrático na década de 60 e que era além de necessário, legítimo, a tomada do governo pelos militares, que seriam a melhor alternativa para aquele cenário. Já o segundo, acredita que vários fatores levaram os militares e algumas camadas da classe média e alta, aproveitaram o momento delicado que passava o país (por aspectos diversos, também discutidos no primeiro capítulo) para tomar o poder, e ainda acreditamos, que de nenhuma forma esse movimento foi democrático, ainda que se auto afirmasse assim.

A fala de Izquierdo sobre a prisão de Winkie nos leva a pensar sobre uma possível oposição. Provavelmente demonstra que ambos não faziam parte do mesmo partido, já que o primeiro considerou que “talvez tenha havido injustiça”⁶³, e ainda aponta que o fato de um vereador ser preso em Jaguarão, mostra, à população talvez, que a polícia está agindo em todas as camadas e que não haveriam expurgos a se fazer.

Sobre a questão dos expurgos, relembremos a dissertação de Jaime Valim Mansan⁶⁴, sobre os expurgos na UFRGS no período ditatorial brasileiro. Em seu trabalho Mansan fala que as raízes dos expurgos no Brasil vieram da chamada “Operação Limpeza”, citando, Maria Helena Moreira Alves⁶⁵, ele afirma que essa operação “tinha em mira áreas específicas e estrategicamente sensíveis de possível oposição: política, econômica, psicossocial e militar”. Como já discutimos no capítulo anterior, a área de fronteira era visualizada como espaço de

⁶²IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 260, f. 158, de 20 de maio de 1964.

⁶³Grifos meus.

⁶⁴MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre, 2009.

⁶⁵MANSAN, 2009, p. 73 Apud ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 56.

risco e que deveria ser “protegida” como tal. Jaguarão entra nesse caso, a operação limpeza, além de perseguir pessoas que poderiam inferir alguma oposição, ainda entra como rota de fuga para o Uruguai.

Através das atas é possível perceber uma discussão que já fizemos no primeiro capítulo: a questão do PTB. Ainda na ata de vinte de maio é possível perceber essa discussão, assim segue: “Lauro Ribeiro, dizendo que a mesma atingiu, de fato, mais ao PTB, mas que atingiu, também, aos demais partidos, pois ela foi feita contra a subversão, corrupção, e desordem e não contra um único partido.”⁶⁶ Novamente vemos a questão da desordem, o que vimos com as palavras do vereador Izquierdo anteriormente, sobre a questão dos expurgos a serem feitos em Jaguarão. Além disso, o fato do vereador Lauro Ribeiro falar que o PTB foi o partido mais atingido, ainda que os outros também tenham sido, nos faz pensar que ele seja integrante deste partido, já que o escolhe para ser um tema discutido. Além dessa afirmação de Lauro Ribeiro, o vereador fala da importância da construção de uma escola na cidade, essa escola, que tem o seu nome, e que hoje é importante para o sistema educacional do município, o que nos mostra sua influência na época e ainda hoje.

A discussão continua nessa ata, logo em seguida, o vereador Ilvaino, cujo sobrenome não consta nas fontes, afirma que é muito cedo para tratar o termo revolução. “Disse que deveria esperar para falar da revolução, pois julgava que ela não havia terminado, resguardando-se porém à fazê-la no momento oportuno e julgar se de fato tinha havido revolução”⁶⁷. Esse excerto mostra que muito provavelmente o vereador Ilvaino não era favorável ao Golpe, já que não o chama de Revolução, diferente de Izquierdo que inclusive saúda a revolução que fez, segundo ele, a vontade do povo.

A próxima reunião da Câmara de Vereadores é no dia trinta de maio, cujo assunto, em sessão ordinária, é a substituição do prefeito. A ata pede respostas sobre o referido assunto: “Do Poder Executivo solicitando suplementação da “nova” substituição do prefeito”⁶⁸. Ficamos muito instigados sobre essa substituição do prefeito. Ainda na temática de área de fronteira, pensamos nas medidas tomadas em 1968, quando o governo das cidades de área de segurança nacional é escolhido pelo governo nacional, afirmando que esta seria uma melhor forma de manter livre de perigo essas áreas. No entanto, o que nos surpreende é que essas medidas só foram tomadas a partir de 1968 e essa ata é de 1964, o que faz com que

⁶⁶IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 260, f. 158, de 20 de maio de 1964.

⁶⁷Idem, f. 161.

⁶⁸IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 261, f. 161, de 30 de maio de 1964.

as datas não coincidam com os argumentos. Ainda assim pensamos no Ato Institucional I de nove de abril do ano do Golpe.

O AI- I, como ficou conhecido, afirmava no Art. 7º, § 2º que os servidores municipais ficavam sujeitos às mesmas sanções: “Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.”⁶⁹ O § 1º do mesmo artigo explica o parágrafo segundo, em que afirma:

Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.⁷⁰

Supomos que esse pode ser o motivo do afastamento do prefeito Rubens Marques Gonçalves, cujo nome tivemos acesso através de uma placa fixada na praça central da cidade⁷¹ com o nome de todos os prefeitos da cidade, desde sua fundação. O prefeito em exercício na cidade é o senhor Afonso Pinto Filho, cujo nome descobrimos através dos jornais, que também usamos como fonte para nosso trabalho. Buscamos, nos jornais, as notícias sobre a posse do novo prefeito e os motivos pelos quais o prefeito eleito foi afastado, mas nada encontramos, apenas o nome de Afonso Pinto Filho apontado como vice-prefeito em exercício.

As próximas reuniões da Câmara de Vereadores, ambas em sessão ordinária, são de trinta e um de outubro e quatorze de novembro daquele ano, sendo essa a última reunião do ano de 64. As duas atas falam sobre a prisão do vereador Winkie. A primeira é mais uma manifestação do vereador Izquierdo sobre esse assunto: “Sobre o policial que prendeu o vereador Winkie, vereador Washington pediu que o 1º fosse afastado”⁷² e a segunda nos diz: “Winkie narra seu acontecido com o policial”⁷³.

⁶⁹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Ato Institucional (Nº 1), de 9 de abril de 1964*. Outorgado à Nação pelos comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, representando o Comando Supremo da Revolução, que modifica a Constituição de 1946, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, assegurando que os funcionários estaduais ou municipais poderiam ser dispensados de seus serviços conforme os atos do Comando Supremo da Revolução. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 08/02/2014.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ver Anexo 3.

⁷² IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 276, f. 183, de 31 de outubro de 1964.

⁷³ IHGJ. *Câmara de Vereadores*. Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 277, f. 184 v., de 14 de novembro de 1964.

Sobre o afastamento do policial podemos questionar o poder da câmara, que mesmo com cobranças ficou sem respostas. E sobre a narrativa de Winkie, nos perguntamos porque essa não está transcrita para a ata.

Como vimos, as atas trazem muitas informações, algumas mais completas com falas totalmente transcritas e outras menos, mas ainda assim com os temas centrais, o que nos mostra os assuntos discutidos pelos políticos da cidade. De fato só seria possível ter uma maior compreensão do conteúdo das atas se estes fossem combinados com outras informações. Ainda assim, as fontes da ditadura civil-militar em Jaguarão são poucas. Não sabemos se foram transportadas todas, se estão fechadas em arquivos públicos, privados ou ainda com o exército ou com a polícia, o fato é que não temos acesso a elas.

3.3 As atas que sobraram: uma reflexão sobre a memória e o esquecimento da ditadura em Jaguarão

Conforme estamos discutindo em nosso trabalho, quando nos propusemos em analisar a Ditadura Civil-Militar em Jaguarão através dos jornais, percebemos o quanto seria importante traçar as redes políticas que estavam na cidade no ano do Golpe.

Em nossa busca pelos documentos, acreditamos ser mais pertinente o uso das Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão. Essa busca nos levou até a Câmara, que nos foi colocada como único local com fontes acerca da ditadura, em seu aspecto político local, excluindo as fontes orais que não eram de interesse para nosso trabalho.

Nesse momento acreditamos ser pertinente falar não apenas dos documentos, como viemos fazendo até aqui, mas da falta de acesso a eles. A cidade de Jaguarão, como muitas no Brasil, não conta com nenhum núcleo de estudos sobre a ditadura e nenhum acervo que custodie documentos desta temática.

Os arquivos asseguram os direitos aos cidadãos a partir do acesso à informação, o acesso a essa documentação é dever do Estado. Infelizmente não é surpresa o fato de que boa parte dessa documentação, de caráter público, foi suprimida dos arquivos, destruída ou guardada em propriedades privadas.⁷⁴

⁷⁴ COSTA, Arlene Xavier Santos et al. *Documentação da ditadura militar: memória e cidadania*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Departamento de História/Extensão.

No Brasil muito tem se trabalhado em termos de legislação para que o acesso às informações seja mais aberto à sociedade. Desde a Lei da Anistia, que garantiu a ampliação da atividade política, trouxe os perseguidos do exílio, mas ao impedir a investigação do passado, negou aos familiares de mortos e “desaparecidos” políticos a possibilidade de conhecer os fatos relacionados a esses crimes.⁷⁵ Essa falta de acesso dificulta a constituição da memória.

A interpretação de que a Lei de Anistia fora recíproca, entretanto, vedou às famílias de mortos e desaparecidos políticos a possibilidade de reivindicar na justiça uma efetiva investigação e a responsabilização individual pelos crimes cometidos na ditadura. Parte dessa investigação depende, ainda hoje, da abertura de todos os arquivos que pertenciam aos órgãos responsáveis pela repressão política durante a ditadura, principalmente, os das Forças Armadas. Ao lado das ambigüidades da transição política negociada do Brasil, convivemos também com o embate permanente entre memória e esquecimento.⁷⁶

Existe uma legislação arquivística no Brasil que estabelece níveis e prazos de sigilo para documentação pública. A lei nº 8.159, de 1991⁷⁷, veio para estabelecer a política de arquivos no Brasil, definindo prazos de guarda e níveis de sigilo da documentação de caráter público e privado. Foram estabelecidos quatro níveis de sigilo: ultrassecreto: máximo de trinta anos; secreto: máximo de vinte anos; confidencial: máximo de dez anos; e reservado: máximo de cinco anos.

No entanto em seu Art. 4º afirma que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

As questões referentes à Ditadura no Brasil são de interesse da segurança do Estado, e ainda os perseguidores e delatores com a abertura dos documentos teriam sua intimidade, honra e imagem abertas à toda população, ou seja, o direito das famílias de mortos e desaparecidos invade o direito de delatores e torturadores, e a legislação não assegura nenhum dos dois lados.

⁷⁵ TELES, Janaína de Almeida. *A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Texto preparado para a comunicação apresentada no debate: *Direito, Censura e Imprensa após a vigência da Constituição Federal de 1988*, evento promovido pelo Curso de Direito do Centro Universitário Nove de Julho-UNINOVE, que ocorreu no anfiteatro Unidade Vila Maria, em 7 de fevereiro de 2006. p. 1

⁷⁶ Idem. p. 2

⁷⁷ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Nº 8.159, de 1991*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em 12/02/2014

Em dezembro de 2002, Fernando Henrique Cardoso, sanciona O Decreto nº 4.553 cujo Art. 7º estende o prazo para a abertura da documentação referente ao período militar, classificada como ultrassecreta, aumentandoo prazo de sigilo para 50 anos, além de tratar da renovação dos prazos, no § 1º, onde afirma “O prazo de duração da classificação ultra-secreto poderá ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado.” Ou seja, até então não haveria data fixa para abertura de documentos deste tipo.

Em dezembro de 2004 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona o Decreto nº 5.301⁷⁸ onde no Art. 7º retrai o período de sigilo para documentos ultrassecretos para o máximo de trinta anos, e ainda institui uma comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, composta pelos seguintes membros, conforme:

§ 1º I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a coordenará; II - Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; III - Ministro de Estado da Justiça; IV - Ministro de Estado da Defesa; V - Ministro de Estado das Relações Exteriores; VI - Advogado-Geral da União; eVII - Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.⁷⁹

Ainda durante o governo Lula foi inaugurado o portal Memórias Reveladas, cuja propaganda dizia: “Ainda existem 140 desaparecidos políticos no Brasil. Se você tem informações que ajudem a encontrá-los, procure o Arquivo Nacional no site Memórias Reveladas”.⁸⁰ Conforme afirma Bauer, essa visão mostra que o governo ainda reafirma a visão dos militares de que ainda existem desaparecidos, como se estivessem vivos, mas em outras identidades, assim a autora afirma que “os governos tem obrigações internacionais e prerrogativas para disponibilizarem os arquivos das Forças Armadas e demais órgãos de informação e repressão da ditadura civil-militar”.⁸¹

⁷⁸BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.301 de 9 de dezembro de 2004*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5301.htm Acesso em 12/02/2014

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/memorias-reveladas Acesso em 12/02/2014

⁸¹ BAUER, 2012. P. 263

O decreto de dezembro de 2004 e o decreto de dezembro de 2002 são revogados pela presidente Dilma Rousseff em novembro de 2012. Quando através do Decreto nº 7.845⁸² refaz a legislação relativa ao acesso à informação:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos; III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

No § 2º o mesmo decreto afirma que “Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.”⁸³

Ainda que o Brasil venha tentando garantir o "direito à verdade" e o "direito à informação", muito ainda há de se melhorar. O país dispõe um grande poder às Forças Armadas, o que cria um impasse quanto às possibilidades de se fazer justiça frente ao passado de ditadura. O artigo 142 da Constituição determina que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico.⁸⁴

Segundo Vitor Amorim de Angelo, pesquisadores e familiares de desaparecidos acreditam que os acervos existem, mas que são escondidos pelas Forças Armadas, seja nas mãos de particulares envolvidos com a repressão ou dentro das próprias instituições militares.⁸⁵ Conforme Bauer, os arquivos que tratam da repressão precisam que sua existência seja tornada pública e conhecida: “Porém não basta somente a disponibilização desses fundos documentais para que se exercite o direito à verdade: é necessário que esses arquivos sejam retirados da “clandestinidade””.⁸⁶

Sabendo de todo esse cenário acerca a abertura de fontes sobre a ditadura, voltamos nosso olhar para Jaguarão. Além de não ter um acervo específico para esse tema, Jaguarão

⁸²BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46 Acesso em 12/02/2014

⁸³ Idem.

⁸⁴TELES, 2006. p. 3

⁸⁵ANGELO, Vitor Amorim de. *Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas Governamentais*. Política & Sociedade - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012. p. 203.

⁸⁶BAUER, 2012. P. 262.

ainda é uma cidade muito militarizada. O 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado Regimento Marechal José Pessoa, fixado em Jaguarão, recebe muitos jovens todos os anos, o que além de movimentar a economia local, ainda aumenta a população militar na cidade, isto sem falar na quantidade de militares reformados.

O regimento da cidade no ano de 1964 era o 13º Regimento de Cavalaria, que mudou-se da cidade após o fim do período ditatorial.⁸⁷ As atividades do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado na cidade de Jaguarão iniciaram em 01 de janeiro de 1989 sob o comando do Coronel Cav. Antonio Pereira de Holleben.

O que isto significa? Significa que se existia um arquivo com os documentos da ditadura em Jaguarão, esse arquivo estava no 13º regimento, com sua mudança todos os arquivos foram levados. Tentamos contato com o exército da cidade, mas fomos informados que no regimento atual nada se tem (ou se quer ter) sobre esse período. Esses arquivos de repressão tem uma grande importância para esse tipo de pesquisa, como nos mostra Bauer:

Os “arquivos da repressão” possuem uma série de especificidades quanto a sua existência, organização, preservação e difusão, questões que extrapolam os limites da arquivística e atingem âmbitos ético e político. Esses documentos afetam diretamente a sociedade onde foram recuperados (Estados, agentes de repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente por muitos dos seus protagonistas ainda estarem vivos e serem uma das demandas da sociedade para a elaboração e preservação da intimidade das pessoas.⁸⁸

Ainda que tenhamos acreditado ser pertinente a discussão sobre a abertura dos arquivos da ditadura no Brasil, percebemos que ainda mais necessário seria fazer a discussão sobre políticas de memória e de esquecimento, que na ditadura eram entendidas como ações públicas do Estado para garantir os direitos elementares, como o direito à justiça, à memória e à verdade.

Para essa discussão logo pensamos em Enrique Padrós que trata de questões das Ditaduras civil-militares de Segurança Nacional do Cone Sul, caracterizados pela aplicação de uma sistemática repressiva conhecida como terror de Estado. Sobre os debates dos direitos humanos, da guerra suja, tortura, do extermínio e dos desaparecimentos, a história oficial

⁸⁷ Segundo o site do regimento atual na cidade O Decreto-Lei nº93.188, de 29 Ago 86, transfere o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Porto Alegre para as instalações do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Jaguarão-RS. Disponível em <http://www.12rcmec.eb.mil.br/> Acesso em: 17/02/2014

⁸⁸ BAUER, 2012. p. 206.

resultante, tentou justificar a atitude de indução da desmemória,⁸⁹ uma espécie de anestesiamiento político de amnesia demarcadoras de impunidade.⁹⁰

O fato é que a memória e o esquecimento fazem parte de uma perspectiva de desmemória e da memória confiscada, principalmente no caso latino americano. A oposição não pode ser entre a memória (no sentido de lembrança) e esquecimento, pois o ato de esquecer só pode ocorrer se houver algo para lembrar, seja esta uma ação individual ou coletiva. E isso é algo que talvez não exista em Jaguarão, o fato do assunto não ser discutido ou pensando faz com que ele caia no esquecimento, não pelo fato de não lembrar, e sim pelo fato de não ter conhecimento sobre.

A desmemória é o silêncio e o apagamento da própria história ou apagamento da memória. Padrós coloca a desmemória muito bem, pois não lembrar o fato não é o único motivo pelo qual muitas famílias ficam em silêncio, isto se dá por diversos fatores, como a lembrança da repressão por exemplo. Ainda segundo o autor o esquecimento e o silêncio oficial sobre os desaparecidos políticos leva a reconhecê-los como uma categoria social que sofre o processo de exclusão histórica dentro de um espaço das memórias subterrâneas, como um grupo sem memória, sem registro de memória.⁹¹

Diversas leis de impunidade que silenciaram os países da região no período pós ditaduras, instituíram um silêncio oficial sobre as forças repressivas, além de tentar suprimir da memória coletiva a vontade de obter justiça. O esquecimento deve ser uma opção no que se diz respeito a experiências como tortura e sequestro, desaparecimento e outras modalidades de violência repressiva estatal. A sociedade luta pela recuperação da memória e da história das vítimas do terror de Estado. Desta forma:

Para esquecer é necessário conhecer; se conhecemos, lembramos e se lembramos, exercendo o direito de opção, podemos esquecer. Só que este é o grande desafio dos familiares dos desaparecidos. Não se trata do que fazer para lembrar, mas de como agir se os fatos que conformaram o desaparecimento continuam sendo desconhecidos. Neste sentido, o esquecimento, a imposição de memórias recicladas ou o apagamento são parte do problema.⁹²

Nos anos 80 e 90 se manifestou o conflito entre a vontade de lembrar e o esforço de esquecer, em que os governos democraticamente eleitos encaminharam o perdão institucional

⁸⁹ Não informação sobre os crimes cometidos, com o intuito de fazê-los esquecer.

⁹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos*. História em Revista 10, 2004.

⁹¹ PADRÓS, 2004. p.03

⁹² Idem. p.05

dos responsáveis pelo terror de Estado. Esse perdão se expressou na forma de anistia, como vimos anteriormente, a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo foram o efeito de uma política de anestesimento civil.

Segundo Padrós, surgiram por todo o Cone Sul associações locais e regionais de antigos presos políticos e filhos de pais assassinados pela ditadura, isso implicou em propor novas formas de luta contra o esquecimento induzido e o silêncio oficial. Da mesma forma surgiu no RS em 2000 a Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura⁹³, objetivando resguardar a documentação do DOPS.

O ato de lembrar é fundamental, é o mecanismo que permite a socialização da memória entre os membros do coletivo específico. Apenas a partir da lembrança é possível realizar a seleção do que cada sujeito quer e tem o direito a esquecer. Ou seja, esquecer não significa não lembrar, significa querer não lembrar mas ainda assim conhecer.

No caso de Jaguarão, falas como “não houve ditadura em Jaguarão” são muito comuns. Assim tomar esse assunto como ponto principal de discussão informa as pessoas e faz com que elas percebam que vivem em uma cidade que sofreu com a ditadura.

Da mesma forma que discutir a ditadura é importante para cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo, para a população de Jaguarão também deve ser relevante. Esse foi o sentido que queríamos dar a nossa pesquisa, informar e mostrar onde procurar.

⁹³ A saber: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/acervo.htm>

4. A IMPRENSA DE 64: REPENSANDO O USO DE JORNAIS COMO FONTE

4.1 Jornais: do uso documental ao período ditatorial

Como pudemos perceber, Jaguarão passou por transformações durante o período ditatorial, principalmente por estar inserido em área de fronteira, e como vemos naquele período as áreas de fronteira receberam atenção especial no que diz respeito à segurança nacional. Nesse sentido nos perguntamos: como essas mudanças do governo agiram na cidade?

Sabemos que muitas dessas mudanças são influência do momento político que o Brasil passava, mas algumas outras, talvez, seriam mudanças impostas dentro de cada cidade. Desta forma pensamos que para saber como a população em geral estava posta diante dessas alterações, é necessário avaliar como as notícias nacionais e as variações colocadas estavam sendo anunciadas ao público maior, os periódicos eram um dos principais meios de disseminação de notícias do golpe. Portanto, é a partir desse ponto que buscaremos entender como a ditadura foi apresentada pelo jornal local.

Antes disso, acreditamos ser necessário não só a discussão metodológica do uso dos jornais como fonte histórica, mas também o papel dos mesmos no Brasil da década de 60. A análise do periódico requer cuidados especiais para que não sejam afirmadas identidades regionais por meio da história vinda apenas da imprensa.

Sendo assim podemos observar que a formação da opinião pública muitas vezes é de responsabilidade da grande imprensa. Isto pode ser visto atualmente a partir dos noticiários de televisão que, por diversas vezes, formam a opinião que a população terá sobre determinado assunto, ou seja, o senso comum, da mesma maneira os jornais cumpriam essa função.

Assim, aos poucos, o jornal vai se configurando como o meio para a comunicação oficial de atos do governo, para a conexão entre as províncias e o poder central.⁹⁴ O uso dos jornais como fonte para a História foi ampliado e aceito a partir da década de 30,

⁹⁴ SOUZA, Eliezer Felix de. *A imprensa como fontes para pesquisa em história e educação*. p. 07 Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXixSF7.pdf Acesso em 16/01/14

principalmente no contexto internacional, quando a Escola dos Annales passa a reconhecer a importância dos meios impressos nas pesquisas históricas. É notável que esse primeiro movimento de abertura do conceito de fonte histórica e documentos é valorizado nesse período no cenário internacional.

De fato, os arquivos oficiais, estudados sistematicamente, constituem uma narrativa que privilegia uma visão “de cima” – em função do caráter da documentação tida como “científica”⁹⁵, isso falando em termos gerais de metodologia.

Apesar de um significativo reconhecimento da imprensa como fonte de pesquisa por essa Escola, este de fato só ocorreria pela intermediação da terceira geração dos Annales⁹⁶.

No Brasil, a ampliação desses conceitos se dá a partir da década de 70, em que as fontes históricas tiveram uma grande variedade. Conforme Tania Regina De Luca, “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”.⁹⁷ A mesma autora, citando Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), fala da importância da imprensa como fonte histórica:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.⁹⁸

Desta maneira é que são necessários alguns cuidados essenciais no trato dos jornais como fontes. É importante perceber que as notícias publicadas ou veiculadas não explicam ou ilustram todas as perspectivas elaboradas acerca do assunto e nem tampouco refletem os diversos olhares sobre o tema para além da imprensa, muitas vezes nos traindo quando pensamos que aquela era a realidade dos indivíduos envolvidos.

No entanto, para a análise do historiador, as notícias podem servir como ponto de partida para reflexões acerca de uma determinada questão, o que exatamente estamos buscando com nosso trabalho.

⁹⁵ROMANCINI, Richard. *História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. CD do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro : INTERCOM/UERJ, 2005

⁹⁶ A terceira geração compõe-se de vários historiadores, entre os quais François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff, Peter Burke, Jacques Revel, Michèle Perrot, Mona Ozouf e Pierre Nora.

⁹⁷ DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 118.

⁹⁸ Idem. p. 118.

Como nos explica Oliva, a escolha das notícias que serão expostas por determinado meio de comunicação se encontra condicionada, para além das influências políticas, e ideológicas, como também “por um conjunto instrumental de formas de ver e reproduzir leituras dirigidas sobre certos grupos de uma sociedade, de indivíduos estranhos ou próximos a ela.”⁹⁹

Não é possível falar dos jornais como fonte para estudos sobre a Ditadura no Brasil de 64 sem pensarmos sobre a questão da censura. Em vários momentos a imprensa foi calada, já que muitas vezes suas publicações são o motivo desse silêncio.

Sobre isto acreditamos ser pertinente a discussão sobre a questão do Ato Institucional 5 (AI-5)¹⁰⁰, de dezembro de 1968, como a “entrada” da chamada “linha dura” na frente de comando do Exército na ditadura do Brasil. Para uma melhor compreensão dessa análise “linha dura”, trazemos à discussão pelo menos dois fatores que Fico¹⁰¹ tem discutido, esses pontos são: a) o entendimento do regime militar como um trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência dos “linha dura”, em que Castelo seria o “surgimento”, mas não por apoio ou vontade e sim por não ter tido forças para combater essa camada mais substancial, e b) uma simplificação, forjada pelas primeiras e mais apressadas leituras, à “linha dura” contra “moderados” (ou “castelistas”¹⁰²).

Há também uma percepção que retira os militares (e os civis) diretamente do envolvimento em tortura e assassinato político, afirmando que eles foram muito poucos. Essa não é uma forma de diminuir ou definir o quanto os militares estiveram envolvidos com a repressão violenta, e sim uma maneira de refinar, mais uma vez, a análise que se possa fazer desse período, pois é evidente que muitos militares aderiram à “utopia autoritária”¹⁰³ admitindo a tortura e o extermínio (como é o caso do ex-presidente Ernesto Geisel, tido como moderado) sem praticar martírios diretos, ou seja, com as próprias mãos.¹⁰⁴

⁹⁹ OLIVA, Anderson Ribeiro. *A imprensa como fonte*. 21/7/2011 Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-imprensa-como-fonte>. Acesso em 16/01/14

¹⁰⁰ Por meio dele, o presidente poderia fechar o Congresso e legislar sob qualquer assunto, intervir nos Estados, aposentar funcionários públicos e suspender o *habeas corpus* para crimes políticos. A censura de imprensa ficou extremamente fechada e rígida.

¹⁰¹ FICO, 2004, p. 34.

¹⁰² Termo que reafirma Castelo Branco como brando.

¹⁰³ “Isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã”. FICO, 2004.

¹⁰⁴ FICO, 2004, p. 34.

Portanto, e Fico nos mostra isso, a simples divisão entre “linha dura” ou “moderados” deve ser definitivamente abandonada, já que ela não pode ser um critério de análise à respeito das torturas, da política do medo ou dos cortes à liberdade pública. Nesse ponto entram os jornais, onde a liberdade editorial, supomos, fosse forjada. O que queremos dizer é que não necessariamente a notícia do jornal vem da liberdade, às vezes essa “livre imprensa” traz notícias forçadas pela ditadura.

Sendo assim, o papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários pode ser variado “seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência”.¹⁰⁵ Ainda conforme De Luca alguns jornais foram em favor e depois contra o regime de 64, como *O Estado de São Paulo* que emprestou apoio ao golpe e mais tarde sofreu sua repressão.

Portanto, anteriormente os jornais abordavam a visão militar (não no sentido de apenas militares, e sim a visão que os postuladores do Golpe gostariam de mostrar) do golpe, por meio da manipulação da imprensa e, posteriormente, os trabalhos foram mudando, inclusive com novos posicionamentos dos próprios jornais que eram veículo do período, como: Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, que em 2004 fizeram um grande revisionismo de suas notícias.¹⁰⁶

Partindo dessa análise, supomos que em Jaguarão essas abordagens não foram diferentes. O que é importante perceber acerca dos jornais como fonte, e isso é um dos pontos cruciais para nossa pesquisa, é que a notícia não revela apenas o acontecimento, revela também o posicionamento do periódico e de certa forma constrói o acontecimento. A disposição das notícias apresenta o fato de uma forma específica ao leitor. E no caso de Jaguarão, particularmente, o jornal A Fôlha era o único veículo impresso de notícias, ou seja, não haviam duas posições que poderiam ser contrárias. As informações trazidas pelo jornal eram unanimidade quanto ao posicionamento, não havendo oposição.

¹⁰⁵ DE LUCA, 2005. p. 129

¹⁰⁶ MELO, Demian Bezerra de. *Considerações sobre o revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira*. P. 12-13 Disponível em: www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf Acesso em: 10/02/2014

4.2 O jornal *A Fôlha* em Jaguarão

Quando buscamos o jornal da década de 1960 no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão nos deparamos com um periódico que muito nos dizia sobre sua posição política naquele período. Encontramos notícias contra o Comunismo, contra a Reforma Agrária, em favor dos ruralistas¹⁰⁷, perseguindo comunistas, convocações para convenção municipal da União Democrática Nacional, tudo em favor da Democracia que o Golpe traria para o país.

E ainda mais, encontramos várias reportagens com entrevistas diretas do jornal com o Tenente Coronel Heitor Fontoura de Moraes do Comando do 13º Regimento de Cavalaria, instalado na cidade na época. Não pudemos deixar de pensar no jornal como o veículo oficial de notícias do Exército para a população civil. Se o único periódico da cidade de Jaguarão traz todas essas informações sobre a situação política do país, provavelmente é porque esteja inserida nessa discussão nacional, o que torna nosso trabalho relevante para as pesquisas sobre Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Como vimos, várias notícias são apresentadas no periódico já no primeiro momento, e percebemos que para entender como a notícia do Golpe foi disposta no jornal *A Fôlha* é preciso abordar alguns aspectos que poderiam supor a manipulação da notícia, como discutimos anteriormente. Sendo assim, elencamos como possíveis aspectos de manipulação o posicionamento contra a Reforma Agrária (ruralistas), e a posição contra o Partido Comunista.¹⁰⁸

Vale ressaltar aqui que quando buscamos entender como se deu a recepção e a transmissão da notícia do golpe através dos jornais, entendemos como recepção o que nos explica Martin-Barbero (apud Boaventura, 2009), quanto a esse produto, percebemos que:

O produto-mensagem que o receptor consome leva já inscrito em seu acabamento a “marca de fábrica”, seu caráter mercantil como pegada e modelo, ao mesmo tempo do verticalismo e autoritarismo que regem as relações sociais. Essa marca é a que determina a forma mesma de sua recepção, marca que é uma linguagem repressiva, de coação, não em forma explícita mas sim dissimulada (...) que está na base do discurso ritual e autoritário com que uma classe encerra, fecha, recorta e controla o mundo com uma ordem, uma legitimidade inapelável.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Em suma, ruralistas são senhores que detêm o poder de muitas terras e que geram sua renda delas. Com isso defendem suas propriedades dos comunistas e dos adeptos à reforma agrária, também vistos como subversivos, por exemplo, evitando a divisão de bens, pois esta ação aproximaria uma sociedade mais igualitária.

¹⁰⁸ Ver anexo 2.

¹⁰⁹ MARTIN-BARBERO apud BOAVENTURA, 2009, p. 51.

Assim utilizamos esse conceito, visto que a notícia no jornal é transmitida também é convertida, essa conversão que gera um produto (o jornal, no nosso caso) é de nossa análise. Sendo assim, visamos perceber essa transmissão da notícia através da análise da conversão, que em nosso caso pode ser de estratégia política, o que pode influenciar no produto recebido pelo leitor. Isso se faz importante para perceber que mesmo a notícia que o jornal apresenta pode ser influenciada por vários fatores como a política, por exemplo. Essa política pode ser relacionada com a posição político-partidária do redator ou dono do jornal, é nesse sentido que analisaremos o periódico.

A reforma agrária é um assunto bem discutido no periódico. A edição do dia 5 de março de 1964¹¹⁰ já na primeira página trata com ênfase da questão econômica. Nele o periódico traz o título “Comércio e indústria usufruem do lucro”, em que afirma que os ruralistas devem se manter contra a Reforma Agrária já que ela faz com que os lucros fiquem divididos de forma mais justa, favorecendo as camadas mais altas da sociedade.

Esse assunto volta a ser discutido mais tarde no jornal de 9 de abril¹¹¹, em que os “patrões” são retratados como homens que ajudam a Pátria, através da “Carta aos Patriotas” que oferece ao bom industrial que paga seus impostos, que se unam para salvar o Brasil e a Democracia. É importante ressaltar que a cidade de Jaguarão sempre teve sua economia baseada na agricultura, com grandes produções de carne, leite e cereais, como ainda é hoje, conta com grandes estâncias e arrozeiras, cujos donos, muitas vezes, tem participação ativa na política local.

Além disso, percebemos o trato com os comunistas. No jornal de 16 de abril¹¹² a entrevista com o Comandante do regimento da cidade deixa claro a opinião sobre as “limpezas”. A reportagem é a seguinte:

Acompanharam os militares nessa operação de limpeza em todos os focos comunistas, os delegados de Jaguarão e Pedro Osório. No decorrer das diligências de captura e nas acareações realizados aos diversos implicados, cujos nomes ainda não devem ser revelados, foi constatada de forma evidente a existência em Jaguarão, dos chamados “Grupo dos 11”, o que demonstra o adiantado grau de infiltração de espírito depredatório a serviço de políticos inescrupulosos, em que estávamos envolvidos.¹¹³

¹¹⁰IHGJ. A Fôlha nº 797, de 5 de março de 1964.

¹¹¹IHGJ. A Fôlha nº 801, de 9 de abril de 1964.

¹¹²IHGJ. A Fôlha nº 803, de 16 de abril de 1964.

¹¹³ Idem. 1964, F. 3

Sobre essa notícia, podemos perceber a forte repressão que os militares exerciam sobre a população, ou seja, é inegável que Jaguarão viveu esse momento ativamente. É possível perceber também a ligação entre cidades para manter essa “ordem”, além disso o jornal afirma que havia em Jaguarão o “Grupo dos 11”, o que qualifica como depredatório.

Com isso, logo pensamos no Grupo dos Onze de Leonel Brizola. Esse grupo consistia na organização de “*grupos de onze companheiros*” ou “*comandos nacionalistas*” liderados por Brizola, em novembro de 1963.

No início do ano seguinte, Brizola lança o periódico “Panfleto”, o único a ser editado, que dava as coordenadas sobre a organização dos grupos, precauções, deveres dos membros e dos dirigentes. Com a organização dos grupos dos onze, os quais Brizola fazia uma alusão a onze atletas de um time de futebol, em que os membros de cada relação de onze seriam, segundo ele, os soldados que integrariam as fileiras do Exército Popular de Libertação (EPL) ramificados nos principais estados da união. Foram formados 5.304 grupos que resultariam num exército de 58.344 pessoas.¹¹⁴

Além disso, a “Carta aos Patriotas” da edição de 9 de abril também se refere aos comunistas, afirmando que eles são o mal da democracia no Brasil. Nesse aspecto, é necessário compreender que a cidade de Jaguarão estava incluída na discussão que circulava no país. Ainda que tenhamos buscado mais informações sobre esse grupo, nada encontramos além dessa pequena referência no jornal.

Em conversa com as senhoras do Instituto Histórico, pudemos perceber que em Jaguarão não existem documentos específicos sobre a ditadura, e esse ainda é um assunto que não se fala na cidade. Provavelmente pela forte influência que o Exército ainda tem nesse espaço, onde é, inclusive, uma grande fonte de renda, recebendo jovens de várias cidades da região, como já discutimos anteriormente.

¹¹⁴ PALMAR, Aluizio. *Grupo dos onze companheiros, movimento liderado por Brizola para barrar o golpe e avançar com as reformas (parte 3)*. 2013. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/>. Acesso em 15/01/2014.

4.3 Percebendo a ditadura em Jaguarão através do comparativo entre jornais locais e jornais de cunho nacional

A falta substancial de jornais usados como fonte para nosso trabalho, nos fez refletir sobre o uso dos maiores jornais do país. Pensando sobre isso percebemos que jornais como *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, de grande circulação nacional, podem ser utilizados em comparativo com os jornais locais. Nesta seria possível perceber até que ponto as notícias que a cidade de Jaguarão estava recebendo são próxima às notícias de alguns dos maiores veículos de informação deste tipo no Brasil.

Para isso selecionamos algumas notícias que encontramos em uma coletânea de manchetes¹¹⁵ dos principais jornais brasileiros, principalmente sobre o dia do Golpe.

Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade ... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas.¹¹⁶

Nessa notícia é possível perceber a alusão ao caudilho da legalidade, Brizola. Ali é afirmado que ele, e seu ideal estariam ligados aos comunistas, e que pouco respeitam as hierarquias militares que no momento do movimento pela Legalidade, ainda não estavam no poder. Este assunto que está ligado às relações de João Goulart com a China comunista e que já discutimos aqui anteriormente.

João Goulart aparece no jornal “*Tribuna da Imprensa*” do Rio de Janeiro no dia seguinte ao da deflagração do Golpe, com este mesmo caráter que o “*Jornal do Brasil*”, como vimos acima, daquele mesmo estado, já havia apresentado.

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas.
Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu.¹¹⁷

¹¹⁵ COSTA, Cristiane. *As manchetes do Golpe*. 2007 Disponível em: <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/> Acesso em: 16/02/2014

¹¹⁶ Editorial do Jornal do Brasil. *De Norte a Sul vivas à Contra-Revolução*. Rio de Janeiro - 1º de Abril de 1964. Apud COSTA, 2007.

¹¹⁷ Tribuna da Imprensa. *Escorraçado*. Rio de Janeiro - 2 de Abril de 1964. Apud COSTA, 2007.

Podemos perceber a utilização de associação de palavras que adjetivam Goulart, “comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas”. Essa associação de palavras mostra claramente a visão militar ditatorial contra os sindicatos (por causa de sua, em geral, organização), além de “negociador” e “comunista”.

Ainda sobre o comunismo, o jornal “*O Globo*” de dois de abril daquele mesmo ano fala da alegria do povo com a implantação da ditadura. O mesmo periódico fala sobre Goulart, assim como o “*Tribuna da Imprensa*” do estado do Rio.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais.¹¹⁸

Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada"... "atendendo aos anseios nacionais de paz, tranqüilidade e progresso... as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.¹¹⁹

A alegria do povo também é tratada nos jornais “*O Dia*” no Rio de Janeiro e “*O Estado de Minas*” em Belo Horizonte, ambos no dia dois de Abril de 1964

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali acorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade.¹²⁰

A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento.¹²¹

Analisando as últimas quatro notícias que apresentamos acima podemos ver uma transmissão feita por favoráveis ao Golpe. Essa forma de apresentar os fatos faz com que pareça que toda a população do Brasil estava feliz com a tomada do poder pelos militares. O

¹¹⁸ O Globo. *Os bravos militares*. Rio de Janeiro - 2 de Abril de 1964. Apud COSTA, 2007.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ O Estado de Minas. Belo Horizonte. 2 de abril de 1964. Apud COSTA, 2007.

¹²¹ O Dia. Rio de Janeiro. 2 de Abril de 1964. Apud COSTA, 2007.

que nos parece forçar uma visão satisfatória do povo com o momento político e social que se instaurava no país, eu diria até um tanto nacionalista se levamos em consideração as razões defendidas pelos militares que afirmavam o Golpe como uma forma de ajudar o Brasil.

Não há nenhuma notícia parecida com estas nos jornais de Jaguarão. Inclusive os temas tratados ali não são nem tocados na cidade de Jaguarão. Ou porque a cidade não estava informada imediatamente sobre assuntos como esse que já circulavam no país no dia posterior ao Golpe, ou porque os editores daqui estavam posicionando-se de forma implícita.

De qualquer forma o Rio Grande do Sul não ficou de fora de todos esses noticiários. O jornal “*Razão*” de Santa Maria também traz a festa que as pessoas fizeram em comemoração ao Golpe: “Vibrante manifestação sem precedentes na história de Santa Maria para homenagear as Forças Armadas. Cinquenta mil pessoas na Marcha Cívica do Agradecimento.”¹²² Com tudo isso é possível perceber o quanto a imprensa se movimentou nos dias do Golpe, não apenas nos grandes centros, mas em cidades menores também, assim como Jaguarão.

¹²² A Razão. Santa Maria – RS. 17 de Abril de 1964. Apud COSTA, 2007.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de finalizar nosso trabalho pensamos em acompanhartudo o que foi feito desde seu início, percebendo como ele foi construído conforme seus capítulos foram se desenvolvendo.

No início pudemos perceber a importância do quadro internacional que estava sendo moldado por volta dos anos 60, em meio à Guerra Fria, que modificou o quadro político mundial entre EUA e URSSem um embate quanto ao capitalismo e ao socialismo, respectivamente. O último era apoiado pelos segmentos comunistas , que ao confrontar-se com o quadro econômico e político instaurado no Brasil, levou a política a um decréscimo de poder, que ligado aos acontecimentos internacionais traçaram um perfil que algumas camadas da sociedade brasileira acreditavam ser comunista.

Logo em seguida partimos para o quadro estadual a fim de mostrar uma participação do estado no Golpe. Tratamos da influência que Brizola teve no período. Instaurando a Campanha pela Legalidade, espalhou do Rio Grande do Sul para o país, através da rádio Guaíba, o ideal de afirmação do direito de Jango à presidência. O governo do estado, na figura de Ildo Meneghetti, apoiou os segmentos mais conservadores da sociedade e da política, impedindo a comunicação de Brizola com o país pela rádio e mudando a capital do estado para Passo Fundo.

A cidade que buscamos compreender, Jaguarão, entra no contexto do estado como zona de fronteira, com política especialmente visualizada para essa região. A cidade como vimos era usada como corredor de escape para o Uruguai, que ainda era democrático. Essa rota de fuga foi assegurada pela Operação Limpeza para impedir que a fronteira tivesse esse papel. E mais tarde a Operação Condor reafirmou a especificidade da fronteira como área de segurança nacional, mas nesse momento unindo forças em todo o Cone Sul.

A fim de trabalhar com a rede política instaurada na cidade no ano do Golpe Civil-Militar, usamos as atas da Câmara de Vereadores. Inicialmente trabalhamos a metodologia do uso de fontes. Fizemos uma discussão sobre a amplitude do conceito de fonte trazido com a Escola dos Annales. Visamos mostrar a diferença entre o que foi e o que hoje é documento.

Se antes se pensava que para escrever História (ou escrever sobre História) eram precisos apenas os documentos de fonte oficial, onde então enquadram-se documentos relativos ao governo ou à Igreja, a reflexão sobre o documento que a Escola dos Annales trouxe ampliou os seus limites. De fato a terceira geração dos Annales muda esse conceito, incluindo fotos e cartas particulares, por exemplo, como fonte possível de análise do historiador.

Logo em seguida buscamos o estudo das fontes, em que pudemos perceber que a nossa pergunta sobre elas, qual seria a rede política instaurada na cidade, não pôde ser respondida já que suas informações eram insuficientes para tanto. Notamos que as atas não são numerosas no período do Golpe e ainda são pouco conclusivas. Os partidos políticos não são abordados e os assuntos discutidos em determinada sessão não são totalmente transcritos como deveriam.

Um fato muito relevante que vale nossa reflexão, mesmo que para esse momento final, é uma passagem da Ata nº 260 que trata da prisão do vereador Winkie e da prisão de outras pessoas. Mesmo que tenhamos buscado mais informações sobre essas pessoas presas pelo regime militar em Jaguarão, nós não encontramos nada. Como já discutimos neste trabalho o senso comum da cidade ainda diz que a repressão não aconteceu nesta localidade e nem houveram vítimas e nem tampouco prisões, e ainda que tenhamos buscado não encontramos provas de tais prisões, o único relato encontrado é esta ata da Câmara. Esta falta de documentação é um infeliz ocorrido, se soubéssemos que outras pessoas foram presas poderíamos ter discutido mais esse tema em nosso trabalho. E assim ainda reafirmamos a importância de abrir caminhos para discussão deste tema na cidade, nosso trabalho é inicial, ainda há muito o que ser feito.

Outro ponto que percebemos quanto às atas foi a revelação da prisão do vereador Winkie, nela infelizmente não foram narrados os acontecimentos, e mesmo no momento em que o próprio vereador preso relata o que houve a ata apenas diz que ele assim o faz, mas não transcreve o que o mesmo disse naquela sessão. Estranhamos o fato da prisão de um vereador da cidade não ser noticiada no jornal, seria muito importante essa discussão em nosso trabalho.

Após saber mais sobre a metodologia para usar os periódicos como fonte, pudemos percebemos uma grande influência do Exército sobre o jornal *“A Fôlha”* com reportagens e entrevistas com o coronel daquele regimento. Percebemos no jornal uma grande influência de

assuntos relacionados aos ruralistas e como vimos Jaguarão depende fortemente da economia gerada pela agricultura.

Dadas as análises das fontes trabalhamos sobre a falta delas. Quanto às atas tratamos da importância do acesso aos arquivos da ditadura no Brasil. Apresentamos o quadro legislativo sobre essa abertura, e acreditamos por bem discutir a ligação entre o acesso aos documentos e as questões relativas à memória, em que buscamos apresentar a importância de saber para decidir se quer ou não esquecer, ao contrário do que vem sendo feito no país com práticas que desabilitam a memória pela falta de respostas, inclusive à famílias de vítimas de “desaparecimento”. E vale ressaltar que esses “desaparecimentos” são uma prática política de dar fim à perseguidos pela Ditadura, ao invés de contabilizar os mortos por ela.

No que diz respeito ao uso dos jornais como fonte, que em Jaguarão são de resultados pouco incipientes, tratamos do acesso a outros periódicos do país, o que para nós foi uma boa saída para essa falta de documentos. Mostramos que esse comparativo pode dar respostas quanto até que ponto a cidade noticiava o que estava acontecendo no país, com ressalvas para notícias manipuladas pela censura daquele período.

Em suma notamos que a falta de um núcleo de estudos sobre a ditadura, bem como a falta de um acervo que mantenha documentos desta temática, revela para a cidade uma falta de discussão sobre esse tema.

Acreditamos que para a cidade deixamos com nosso trabalho um mapeamento de dados sobre a ditadura, onde encontrá-los e com o que combiná-los para uma possível análise, e mesmo sabendo que muito ainda há de se descobrir sobre esse tema na região.

Também pensamos em como seria importante a continuidade de pesquisas com essa temática, principalmente através da Unipampa, a fim de informar a população sobre um período da história da cidade que deve ser contado, deve ser tratado, inclusive, nas escolas. Nada mais justo que dar acesso e informar a população sobre diversos temas, inclusive esse ainda muito delicado.

Ainda existem muitas famílias com parentes *desaparecidos* pela ditadura civil-militar brasileira. Estudos, ainda que iniciais como o nosso, acesso e informação podem dar aos familiares, a justiça e o direito a uma memória mais próxima da verdade.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, Vitor Amorim de. *Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas Governamentais*. Política & Sociedade - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012. p. 203.
- BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 46.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BEZERRA, Paulo César Gomes. *A constituição de uma autoridade na narração do passado. Entre a história e a memória: a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009, p. 6.
- BOAVENTURA, Katrine Tokarski. *Recepção e estudos culturais: uma relação pouco discutida*. Universidade de Brasília. Faculdade de comunicação. Programa de pós-graduação. Brasília, 2009
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução na Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 49.
- COSTA, Arlene Xavier Santos et al. *Documentação da ditadura militar: memória e cidadania*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Departamento de História/Extensão
- COSTA, Cristiane. *As manchetes do Golpe*. 2007 Disponível em: <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/> Acesso em: 16/02/2014
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 118.
- Documento da Décima Primeira Assembléia Geral da CNBB, *SEDOC*, 3 (1970-1971): 85-86
- APUD MAINWARING *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p.130.
- DREIFUS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FRANCO, Renato. *A nova História*. IN.: *Aprendendo História: reflexão e ensino*. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.
- FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.48.
- FURET, François. *Da história-narrativa à história problema*. Lisboa: Gradativa Publicações, 1975.

- HOBBSAWN, Eric. *“Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991”* São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224.
- LAMEIRA, Rafael Fantinel. *“O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul”*. Anpuh-RS, 2012. p. 892.
- MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre, 2009.
- MELO, Demian Bezerra de. Considerações sobre o revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira. Pg. 12-13 IN.: www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf
- MENDONÇA, Sônia. *A Industrialização Brasileira*. Moderna, 1996, p. 07.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. *A imprensa como fonte*. 21/7/2011 <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-imprensa-como-fonte>. Acesso em 16/01/14
- PADRÓS Enrique Serra, MARÇAL, Fábio Azambuja. *O Rio Grande do Sul nocenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional*. IN Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre :Corag, 2009. v. 3; p. 35
- PADRÓS, Enrique Serra. *Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos*. História em Revista 10, 2004.
- PALMAR, Aluizio. *Grupo dos onze companheiros, movimento liderado por Brizola para barrar o golpe e avançar com as reformas (parte 3)*. 2013. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/>.
- PINTO, Tales. *Igrejas e ditadura no Brasil*. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/igrejas-ditadura-no-brasil.htm> Acesso em 16 de dezembro de 2013.
- REIS, José Carlos. *A história, entre a ciência e a filosofia*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p 18.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1990.
- RIBEIRO Junior, João. *O que é positivismo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROLIM, Cesar. *A Campanha da Legalidade: uma mobilização civil-militar em defesa do posse de João Goulart*. Disponível em: <http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/a-campanha->

da-legalidade-uma-mobilizacao-civil-militar-em-defesa-da-posse-de-joao-goulart/Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

ROMANCINI, Richard .*História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro. CD do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro : INTERCOM/UERJ, 2005

SALES, Jean Rodrigues. *A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil*. EdUFF, 2009.

SOUZA, Ana Carolina Machado de. *A Igreja Católica e a Ditadura Militar*. Disponível em: <http://historiandonanet07.wordpress.com/2011/08/08/a-igreja-catolica-e-a-ditadura-militar>. 2011. Acesso em 17 de dezembro de 2013

SOUZA, Eliezer Felix de. *A imprensa como fontes para pesquisa em história e educação*. p. 07
Disponível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXIxF7.pdf
Acesso em 16/01/14

TELES, Janaína de Almeida. *A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Texto preparado para a comunicação apresentada no debate: *Direito, Censura e Imprensa após a vigência da Constituição Federal de 1988*, evento promovido pelo Curso de Direito do Centro Universitário Nove de Julho- UNINOVE, que ocorreu no anfiteatro Unidade Vila Maria, em 7 de fevereiro de 2006. p. 1

TOLEDO Caio Navarro de. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.17.

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do Golpe Civil- Militar de 1964*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História. Porto Alegre, 2010

Bibliografia consultada:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 56.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério dosilêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 54.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de ciências humanas e filosofia. Departamento de História. 2010 Pg 83

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, 6.ed.rev, São Paulo, Ática, 1998;

Limites à Chávez. Editorial. Folha de São Paulo. São Paulo, 17 de fevereiro de 2010. Disponível em <<<http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/02/27/leia-na-integra-o-polemico-editorial-da-folha-de-s-paulo/>>>

MENESES, Sônia. *Entre a Ditadura e a “Ditabranda”: Mídia, memória e esquecimento - a atuação do jornal Folha de S. Paulo no golpe de 1964*. VII encontro nacional da história da mídia. UFRGS, 2009.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, São Paulo, Editora da UNESP, 1999.

PURDY, Sean. *A Segunda Guerra e os EUA como “World Cop”*. *Rupturas do consenso: 1960-1980*. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 217-255.

RIBEIRO Junior, João. *O que é positivismo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 1993.

RUSCHEL, Davi. *A luta armada contra a ditadura no RS*. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos. Anais [recurso eletrônico]. – Porto Alegre : APERS, 2011. p. 124-133.

Fontes utilizadas:

Câmara de Vereadores.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 247, f. 154, de 12 de março de 1964.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 250, f. 156 v., de 15 de maio de 1964.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 260, f. 158, de 20 de maio de 1964.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 261, f. 161, de 30 de maio de 1964.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 276, f. 183, de 31 de outubro de 1964.

Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão- RS. Ata nº 277, f. 184 v., de 14 de novembro de 1964.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

A Fôlha nº 797, de 5 de março de 1964.

A Fôlha nº 801, de 9 de abril de 1964.

A Fôlha nº 803, de 16 de abril de 1964

Sites

<http://www.12rcmec.eb.mil.br>

www.acervoditadura.rs.gov.br/acervo.htm

www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/memorias-reveladas

Legislação:

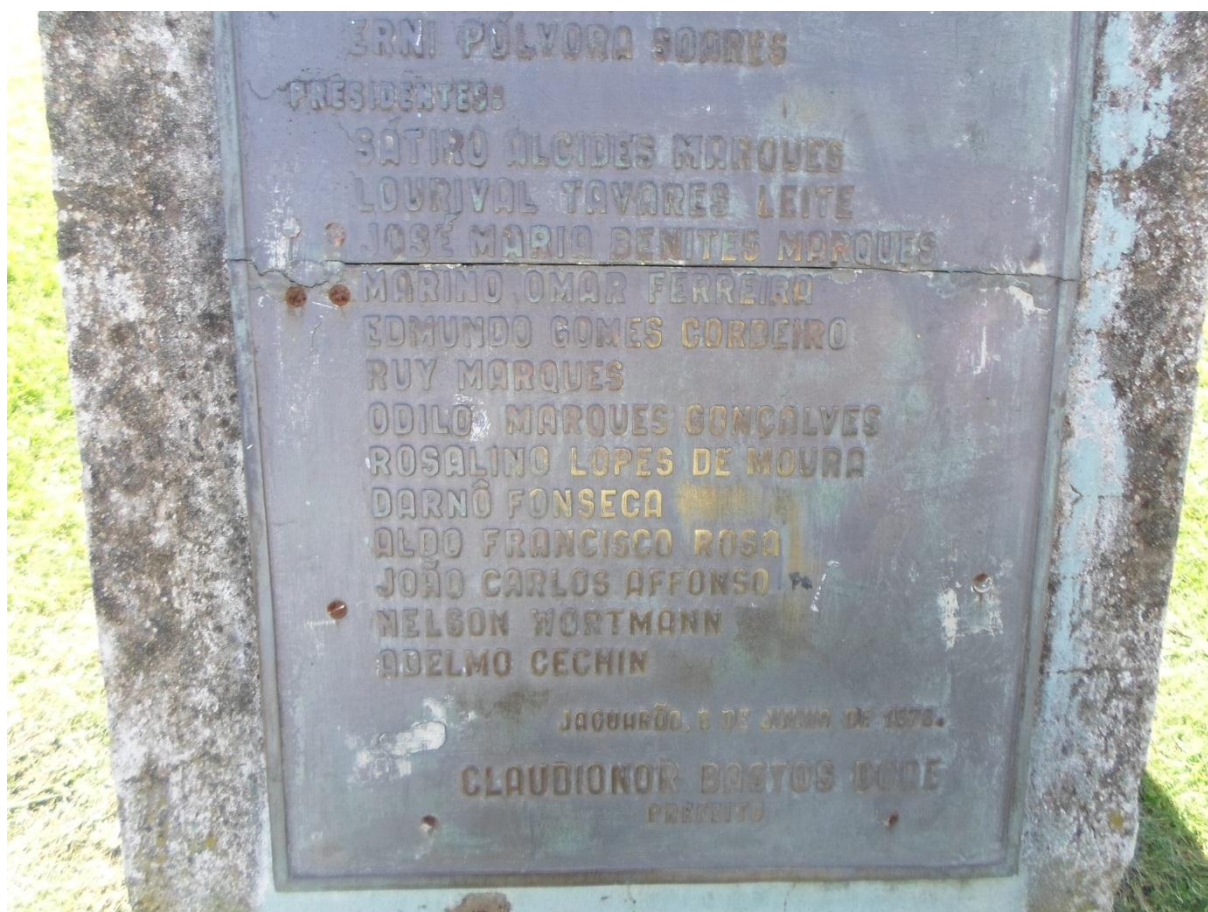
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46 Acesso em 12/02/2014

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Nº 8.159, de 1991*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em 12/02/2014

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.301 de 9 de dezembro de 2004*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5301.htm Acesso em 12/02/2014

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Ato Institucional (Nº 1), de 9 de abril de 1964*. Outorgado à Nação pelos comandantes-em-chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, representando o Comando Supremo da Revolução, que modifica a Constituição de 1946, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, assegurando que os funcionários estaduais ou municipais poderiam ser dispensados de seus serviços conforme os atos do Comando Supremo da Revolução. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 08/02/2014.

ANEXOS



Anexo 2: Placa da praça Comendador Azevedo com os nomes dos presidentes da Câmara de vereadores. Nela é possível notar o nome do senhor Aldo Francisco Rosa, vereador no ano de 1964. Foto: Elena T. P. Vieira



Anexo 3: Placa da praça Alcides Marques com os nomes dos prefeitos da cidade até o ano de 1977. Nela é possível notar o nome do senhor Dr. Rubens Marques Gonçalves, prefeito entre 31/12/1963 – 31/01/1969. Foto: Elena T. P. Vieira